

NossaAméricaNuestra

BRASIL

Uma política externa ativa e ativa



VALTER POMAR
(ORG.)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

NossaAméricaNuestra

BRASIL

Uma política externa ativa e ativa

VALTER POMAR
(ORG.)



2017

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Marcio Pochmann (Presidente)

Fátima Cleide Rodrigues da Silva (Vice-Presidenta)

Artur Henrique da Silva Santos (Diretor)

Isabel dos Anjos Leandro (Diretora)

Joaquim Calheiros Soriano (Diretor)

Rosana Ramos (Diretora)

EDITORIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Revisão: Miguel Yoshida e Angélica Ramacciotti

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Ilustração da capa de Gilberto Maringoni, gentilmente cedida pelo Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI)

Coleção Nossa América Nuestra

Direção do GT "As esquerdas e o progressismo na América Latina e Caribe": Artur Henrique

Coordenação da coleção: Gustavo Codas

Coordenação executiva: Mila Frati

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo:

www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823 Brasil : uma política externa ativa e ativa / Valter Pomar (org.). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.
132 p. ; 19 cm. – (Nossa América Nuestra)

ISBN 978-85-5708-084-3

1. Brasil - Política externa. 2. Brasil - Política. 3. Brasil - Política e governo. I. Pomar, Valter. II. Série.

CDU 327(81)
CDD 327.81

Coleção
Nossa América Nuestra

Brasil

Uma política externa ativa e ativa

VALTER POMAR
(org.)

São Paulo
2017

| SUMÁRIO |

- 11 APRESENTAÇÃO, POR VALTER POMAR
- 13 LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA
 - 21 CELSO AMORIM
 - 53 MARCO AURÉLIO GARCIA
- 63 SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
- 87 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
 - 115 DILMA ROUSSEFF
- 129 SOBRE O ORGANIZADOR
- 129 SOBRE OS AUTORES

Apresentação

Este livro resulta de uma decisão do Grupo de Estudos criado pela Fundação Perseu Abramo (FPA) para tratar dos governos progressistas e de esquerda da América Latina.

Integram o Grupo de Estudos: Breno Altman, Gonzalo Berron, Fátima Mello, Gustavo Codas, Igor Fuser, Iole Iliada, José Renato Silva Martins, Maria Silvia Portela de Castro, Marco Piva, Max Altman (*in memoriam*), Pedro Bocca, Terra Budini, Valter Pomar e Wladimir Pomar.

Um dos resultados da existência deste Grupo de Estudos é a publicação de uma coleção de livros, intitulada *Nossa América Nuestra*.

A Editora da Fundação já publicou livros sobre Cuba, Uruguai, Bolívia, Chile e Venezuela. Estão no pre-

lo ou em fase de redação outros sobre os demais países latino-americanos e caribenhos que, desde 1998, elegeram presidentes à esquerda das políticas prescritas pelo Consenso de Washington.

Tal coleção não ficaria completa sem um livro sobre o Brasil. Entretanto, tendo em vista que nosso público leitor é basicamente formado por simpatizantes, filia-dos e militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), não acrescentaria muito publicar um livro didático sobre o país entre 2002 e 2016.

Assim, no caso do Brasil decidimos fazer um livro sobre a política externa brasileira, buscando abordar as seguintes questões:

- a situação mundial: os protagonistas principais e os conflitos fundamentais;
- a situação continental e as diferentes sub-regiões do continente americano;
- a situação do Brasil, a partir do *impeachment*, do ponto de vista das relações internacionais;
- a política externa – com destaque para a integração regional – desenvolvida pelos governos Lula e Dilma: orientação adotada, êxitos, as pendências, os fracassos;
- que tipo de política externa deveria ser adotada por um governo democrático-popular que vença as eleições de 2018;
- como fazer que os grandes temas da política externa sejam parte das preocupações da maioria do povo brasileiro.

Embora qualquer um dos integrantes do referido Grupo de Estudos pudesse escrever a respeito destas questões, consideramos que seria mais adequado convidar alguns dos protagonistas diretos da política externa brasileira entre 2003 e 2016.

Foram convidados: Lula, presidente da República entre 2003 e 2010; Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, durante os dois mandatos de Lula; Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República sob Lula e Dilma Rousseff; Luiz Alberto Moniz Bandeira, professor e especialista em relações internacionais.

Como o leitor pode imaginar, não é fácil conseguir espaço na agenda destas pessoas. O que ajuda a explicar as diferentes datas em que cada um deles escreveu seu artigo ou deu sua entrevista.

A entrevista com o professor Luiz Alberto Moniz Bandeira aconteceu em sua residência, próxima a Heidelberg (Alemanha), no dia 16 de maio de 2016 e está disponível em vídeo, graças a colaboração de Dietmar Schulz, militante do partido alemão denominado *Die Link* (A Esquerda), amigo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do povo brasileiro.

Celso Amorim foi entrevistado por Valter Pomar na residência do embaixador, no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 2016.

O professor Marco Aurélio Garcia entregou seu artigo no dia 12 de outubro de 2016. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fez o mesmo no dia 14 de novembro de 2016. E o presidente Lula foi entrevistado no dia 14 de dezembro de 2016.

É importante que o leitor saiba que, após a edição do conjunto, os entrevistados puderam atualizar seus textos.

Por fim, entrevistamos a presidenta legítima do Brasil, agora também presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo (FPA). A entrevista foi realizada em 13 de fevereiro de 2017, por Valter Pomar e Marcos Piccin, professor da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

Encerramos esta apresentação reafirmando nossa convicção, lastreada em inúmeras provas, de que é preciso fazer um enorme esforço para que as classes trabalhadoras brasileiras, a imensa maioria de nosso povo, possam participar plenamente do debate que se trava na sociedade acerca dos temas da política internacional e da política externa.

Só as classes trabalhadoras podem defender e tornar possível uma política externa altiva, ativa, em favor da paz, do desenvolvimento e da integração regional. Como já foi dito, as elites deste país, em sua grande maioria, preferem falar fino com os EUA e falar grosso com a Bolívia.

Por fim, um agradecimento à Fundação Perseu Abramo e aos colegas do Grupo de Estudos, por terem

me confiado a tarefa de organizar o livro, fazer as entrevistas e editar a versão final.

Valter Pomar

14 de fevereiro de 2017

Ano do centenário da Revolução de Outubro

Luiz Alberto Moniz Bandeira

16 DE MAIO DE 2016

Em sua opinião, houve participação internacional no processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff?

Evidentemente que houve; e a motivação é geoecônômica. Esse golpe no Brasil é uma operação da guerra geoecônômica que os Estados Unidos (EUA) estão a travar contra a Rússia, a China e o Brasil por causa do dólar. A hegemonia dos EUA se baseia no fato de o dólar ser a moeda da reserva internacional. O PIB dos EUA é muito inferior à sua dívida. Eles emitem dólar sem lastro, compram tudo. É o país mais dependente de todos. E os países que recebem em dólar financiam indiretamente as guerras que os EUA promovem.

O Brasil é uma peça importante na América do Sul. O presidente Nixon disse: para onde for o Brasil, vai a América do Sul, a América Latina. Essa é a percepção de Washington.

Como também existe a percepção de que o principal inimigo continua sendo a Rússia. A China idem, mas menos que a Rússia, pois ela está conectada com o mercado americano. Os EUA dependem dela, do mercado chinês. Então, eles não podem fazer muito contra a China, apesar da competição do Pacífico Sul.

Os golpes militares hoje são mais raros, porque eles nem sempre controlam os militares que assumem o poder, como aconteceu na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970.

Os golpes falharam. Mais ou menos conseguiram alguma coisa no Chile. No Brasil, houve uma evolução da direita total, pró-americana, com o governo Castelo Branco para um nacionalismo de direita que se manifestou de forma contundente no governo Geisel, ao romper o acordo com os EUA e firmar o acordo nuclear com a Alemanha. No Peru, houve um golpe de Estado, mas evoluiu em outra direção. Tentaram um golpe quando Hugo Chávez assumiu o poder, mas o golpe falhou.

Mas esses golpes – como na Indonésia quando mataram mais de 500 mil pessoas, comunistas e outros tantos que não eram comunistas – esses golpes de modo geral fracassaram e desmoralizaram muito a imagem dos EUA.

Uma coisa que os EUA procuram preservar é a sua imagem, o que o Brasil não faz. A classe dominante dos EUA mantém o mito da democracia, da estabilidade que o capitalismo precisa, embora não seja tão estável assim como eles dizem, porque nos EUA os golpes de Estado são dados sob a forma de assassinatos de presidente.

O golpe de Estado é inerente à república presidencialista. A república presidencialista foi uma imitação da monarquia constitucional que existia na Inglaterra nos tempos da independência.

No Brasil, evidentemente houve um golpe. Muito dinheiro correu e os EUA aproveitaram, naturalmente, embora a imprensa americana, a principal, tenha criticado o golpe. Ele foi fomentado por Wall Street, com o beneplácito, é claro, da Casa Branca, aproveitando a insatisfação interna da classe média, da própria burguesia brasileira, representada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em São Paulo.

O movimento fascista cresce sempre com a recessão. Aliás, houve uma tentativa de golpe fascista contra o presidente Roosevelt, contra o *New Deal*; só não ocorreu, pois o general convidado para comandar o golpe não concordou e o denunciou publicamente.

Há uma contradição muito grande dentro dos EUA, sempre houve. E agora é muito maior devido à crise econômica. A concentração de renda é uma coisa fantástica e chega a um ponto que deve estourar. Como, não sei. Mais da metade da riqueza mundial é dominada por 88 pessoas. A maioria é dos EUA.

A situação do mundo, hoje, é muito difícil. A crise é geral. É uma crise sistêmica do capitalismo, profunda e grave. O petrodólar está perdendo.

Eu lembro quando Nixon abandonou o ouro como padrão, para estabelecer o petrodólar. Foi uma aliança entre os EUA e a Arábia Saudita. O dólar, o petrodólar vem per-

dendo força e foi o que passou a dominar a partir dos anos 1970. Hoje a situação da Arábia Saudita é muito difícil. O petróleo na Arábia Saudita tem seus limites.

Daí talvez que um dos motivos do golpe no Brasil, não que seja o principal, mas um dos motivos seja o Pré-Sal. Se o óleo não vale agora, vai aumentar o preço no futuro. Nos anos 1970, a previsão era de que o petróleo terminaria até o ano 2000, mas não terminou.

Como entra, neste contexto, a distensão em relação a Cuba?

A distensão significa, do ponto de vista dos EUA, a absorção de Cuba. Eles não puderam derrotar o regime de outra forma, com sanções, sabotagens da CIA etc. Estão buscando, agora, absorvê-lo economicamente.

O que levou os EUA a se abrirem para Cuba, precisamente agora, foi a construção do Complexo de Mariel. Os brasileiros não têm noção de sua importância. A maioria da classe dominante e da classe média só diz: “Ah! Estão a gastar dinheiro em Cuba!”.

A imprensa brasileira é uma coisa que não tem qualificação; liberdade de imprensa no Brasil não existe. Quantos jornais principais influem no todo? Quatro, quatro famílias. A *Rede Globo* domina 80% de tudo, depois tem *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*; e os jornais dos estados repetem o que eles dizem, não têm nem correspondentes internacionais. Repetem o mais das vezes a BBC e seu noticiário, que corresponde aos interesses do governo britânico e do capital financeiro.

Com o Porto Mariel, quem mais ganhou foi a indústria brasileira. O material todo da construção foi importado do Brasil, mas a estupidez, a ignorância é muito grande. De modo geral, a burguesia brasileira não tem consciência nacional, que há nos EUA

Falando em consciência nacional, a impressão é que a elite política russa se unificou em torno de recuperar a importância geopolítica que a Rússia Imperial e, depois, a União Soviética já tiveram. É assim mesmo?

É isso. O maior líder político da atualidade é Vladimir Putin. Ele salvou a Rússia, disse o Gorbachev. É uma ilusão pensar que ela tinha deixado de ser uma superpotência quando a União Soviética se desintegrou, porque o cerne da União Soviética era a Rússia. Ela herdou todo o poder nuclear, militar que tinha a União Soviética. E, mais que isso, Putin aumentou o poder de uma forma que surpreendeu os EUA, como demonstrou na Síria. E aí é que os EUA temem uma aliança da Alemanha, pois há uma tendência da Alemanha sempre se unir à Rússia, sempre houve. Então, o jogo geopolítico está aí.

Você fala da Alemanha, mas não fala da Europa. A Europa, como tal, joga qual papel nesse cenário?

Trotsky disse certa vez: Alemanha não é Alemanha, é o coração da Europa. Para onde for a Alemanha, vai toda a Europa. Ela é a maior potência industrial e econômica da Europa, e geopolítica porque é o coração da Europa. O que os EUA temem é uma união euroasiática. Por que

não? A Alemanha não tem contradição com a China, a China hoje é uma grande potência econômica, nenhum país pode prescindir dela.

Tendo em vista o que está acontecendo na Venezuela, no Brasil e na Argentina, com a eleição do Macri, qual é o futuro do processo de integração regional da América Latina e da América do Sul?

Eu não creio na América Latina. E é muito difícil a integração da América do Sul. Aliás, Hegel previu o conflito da América do Sul com a América do Norte. O conflito entre Brasil e EUA sempre houve, não é de hoje, e vai continuar latente.

Enquanto o Brasil tiver força para integrar o resto da América do Sul, as contradições serão grandes e incentivadas pelos EUA contra o “imperialismo brasileiro”. Já vi isso nos anos 1960. O Paraguai tem seus traumas, o Uruguai é o que menos tem problemas. A Argentina, hoje, está muito integrada com o Brasil. Mas fazer da América do Sul uma integração total, não sei se é possível.

Vou lembrar algo que está no meu livro *Brasil, Argentina e Estados Unidos*¹. O Tratado da União Aduaneira foi firmado no governo do presidente Getúlio Vargas com a Argentina em dezembro de 1941. Poucos dias antes de *Pearl Harbor*. Não foi adiante, mas a política brasileira sempre seguiu no sentido de uma aproximação com a Argentina. Sempre houve rivalidade, mas ao mesmo tempo

1. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul – Da Triplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. 680 p.

integração. E com os EUA sempre houve rivalidade, mas ao mesmo tempo uma aproximação, porque são as duas maiores massas econômicas, demográficas e geográficas do hemisfério.

O Brasil não pode deixar de manter boas relações com os EUA, apesar dos conflitos. O problema é que o Brasil é mais fraco. Então, há uma oscilação muito forte.

Não sei se Michel Temer se sustenta, em primeiro lugar. Em segundo, não sei se ele conseguirá realizar todo o seu programa “Ponte para o futuro”, porque só uma ditadura conseguiria tomar todas essas medidas. É muito difícil, também, romper os tratados. A Marinha, a Aeronáutica e a maior parte do Exército estão unidos em favor de uma política externa mais independente e a favor do rearmamento.

Aliás, lembro que Castelo Branco quis aprofundar a aliança com os EUA – pois a inimiga era a União Soviética –, e desestatizar as empresas. Não conseguiu. Já em 1966, o governo Castelo Branco, tendo Roberto Campos como ministro do Planejamento, fez maciços investimentos públicos para tirar o país da recessão. E só a partir daí o Brasil voltou a crescer, com o Costa e Silva tomando o poder, sendo o Castelo Branco ainda presidente. A direita nacionalista, a linha direita era nacionalista, queria o desenvolvimento; como o Exército, a maior parte do Exército, e a Marinha queriam uma política de independência.

Revogar direitos é muito difícil numa democracia. Agora o golpe é disfarçado sob uma farsa constitucional. E a popularidade do Temer é menor que 12%. Não há legitimidade, nem poder militar e policial para fazer isso.

O Brasil comprou helicóptero da Rússia, está fazendo submarino com tecnologia francesa, tem o Pré-Sal. Não sei como eles podem revogar os contratos, depois da concorrência. Podemos ter um prejuízo fantástico. Temer não pode paralisar a construção dos submarinos com a França, nem dos aviões com a Suécia, nem o comércio com a China. A China tem dinheiro, o Brasil precisa de recursos.

Temer tem 380 bilhões de dólares de reserva, mas não pode usá-los para não parecer que está fraco. Entretanto, tem um *déficit* orçamentário imenso.

Esse governo Temer não vai fazer maior integração com o mundo, mas não creio que possa voltar atrás. É uma situação contraditória em tudo. Mesmo o governo neoliberal do Fernando Henrique manteve o Mercosul e disse claramente que o Mercosul é nosso destino, a Alca é uma opção. E continuou o Mercosul.

A política externa dos governos Lula e Dilma foi consistente nisso, na integração e buscando maior independência.

Como você caracteriza a situação mundial, seus protagonistas principais e os conflitos fundamentais?

Há muitos conflitos. Eu diria que se cristalizam no Oriente Médio, que é uma área em que as tensões, as guerras, os conflitos abertos têm se sucedido. Agora, se você me perguntar a causa desses conflitos, você tem desde fortes desigualdades e conflitos entre povos e entre classes, mas também ações que levaram à exacerbação desses conflitos, mais claramente a destruição das estruturas estatais no Iraque, na Síria, na Líbia. Então, olhando o mundo como ele é, o grande conflito que eu vejo está situado no Oriente Médio.

É um conflito complexo. Você tem os EUA, por exemplo, contra a Turquia, que é um aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apoiando certas ações dos chamados rebeldes moderados contra o governo Assad; ao mesmo tempo você tem a Turquia atacando os curdos, que são os aliados dos EUA contra o Estado Is-

lâmico. Poderia dar mais exemplos desta complexidade, envolvendo Rússia, Irã etc.

Olhando pelo lado mais amplo, você pode dizer que temos todos os problemas não resolvidos da globalização; as injustiças sociais; as instituições internacionais que não foram adaptadas à nova realidade, o que faz com que contribuam para que haja ações unilaterais, vamos dizer assim, sem base legal, sem apoio institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), como foi o caso da invasão do Iraque.

Temos várias coisas se passando em várias camadas, conflitos antigos que repercutem, renovados e agravados por essas condições; e temos estruturas não condizentes com soluções pacíficas como desejaríamos.

Há, também, conflitos antigos entre pobres e ricos, que se expressam a cada momento de maneira diferente. A maneira mais óbvia, no momento, é a migração. A migração não é um problema da Europa. Ela ganha projeção da mídia porque ocorre na Europa. Obviamente, tem a ver com a desigualdade, com o colonialismo, essas coisas todas.

E há o terrorismo, da maneira como ele existe hoje, completamente diferente do século XIX. O terrorismo se tornou uma coisa de matança em massa de civis. Embora tenha outras raízes, uma delas a destruição da estrutura estatal, o terrorismo também tem a ver com a desigualdade, a discriminação dos países ricos para onde migraram muitos elementos desses povos e que sentem a discriminação. Isso é evidente na questão palestina.

Isto não é uma justificativa para o terrorismo, porque o terrorismo não se justifica moralmente, nem politicamente, mas você não pode desconhecer que setores dessas populações se sentem desprezados, maltratados, ou pelo menos não tratados adequadamente nos países ricos. Eles olham para o cenário internacional e veem a maneira como é tratado o conflito do povo ligado a eles, veem a diferença entre o tratamento dado ao povo palestino e o tratamento dado a Israel. Isso também contribuiu para uma visão mais maniqueísta do mundo e cuja solução eles acreditam, infelizmente, estar no terror.

Então, todos esses temas estão ligados. É uma coisa complexa e difícil de dizer claramente se é isso ou aquilo, é o capitalismo e a desigualdade provocada pelo capitalismo – pode ser, mas é mais complexo porque passa por outras mediações.

Em todos esses conflitos, sempre tem a presença dos EUA, uma potência fundamental do mundo de hoje e nosso colega de região. Então, sugiro olhar nossa região e responder a mesma pergunta que fiz sobre o mundo: quais são os principais conflitos e quem são os principais protagonistas? Aliás, é justo falar em “América”? Ou seria mais correto falar de Américas?

Se você for estritamente geográfico, sim. Agora, a maneira como a gente vê a América, do ponto de vista político, institucional, eu acho que está superado.

Falando concretamente, eu acho que a Organização dos Estados Americanos (OEA) ainda tem um papel a desempenhar, o Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID) também, por várias razões. Por exemplo, a organização das eleições no Haiti. Eu acho que a OEA teve um papel – dessa vez (janeiro de 2016) e não da outra – mais progressista do que a ONU. Normalmente não é assim, mas nesse caso, foi.

O secretário-geral da OEA fez um pronunciamento errado, a meu ver, em relação à Venezuela, mas foi muito crítico em relação ao que está acontecendo no Brasil. Então, as coisas são um pouco complexas, não é? Depende às vezes da personalidade, mas, digamos, a concepção de América, muito usada até recentemente, em termos geopolíticos, é uma concepção de Guerra Fria.

Ela vem de antes, mas se reforça muito na época da Guerra Fria. Vem da ideia de novo mundo, a ideia teórica de repúblicas em que os governos não tinham aquela contaminação pré-revolução francesa como havia na Europa. Mas a ideia de América ganha corpo na Guerra Fria. Veja uma coisa curiosa: um dos acordos que alguns falavam em denunciar (eu acho melhor deixar morrer caduco) é o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), conhecido como o Tratado do Rio de Janeiro. O TIAR tinha anexo um mapa da área de sua aplicação, que incluía a Groenlândia, que sob nenhum critério é América, e por quê? Do ponto de vista norte-americano, se houvesse um ataque soviético à Groenlândia, seria um ataque a todos. Ataque a um seria ataque a todos. Então, o conceito explorado tinha muito a ver com a Guerra Fria.

Não acho que tenha que acabar com tudo relacionado àquele conceito de América ou continente americano.

Nós mesmos estamos recorrendo à OEA, à Corte Interamericana de Direitos Humanos (no caso do *impeachment*). Houve outras ações importantes, como no caso dos desaparecidos durante o governo militar. A OEA pode ser um recurso útil em determinado momento, como pode ajudar nos direitos humanos no Brasil. Como acho, honestamente, que o presidente Carter dos EUA ajudou nos direitos humanos no Brasil, na década de 1970. Por outro lado, a OEA não deixa de ser, também, um instrumento de hegemonia, de dominação etc. Foi mais do que é hoje, mas ainda é um pouco.

Acho que há necessidade de definir instituições mais coerentes, digamos assim, que reúnam países que tenham mais similaridade entre si. E aí eu penso um pouco em círculos concêntricos. Desculpe-me usar a imagem de um pensador conservador, que é a do Golbery, mas a imagem é válida, nesse caso.

Olhando do ângulo brasileiro, você tem primeiro o Mercosul, com a Venezuela, em círculo de integração mais forte. Depois, teria a América do Sul, com condições muito similares entre os países e depois passaria para a América Latina e Caribe.

Não sei se é um vício de ONU, mas não gosto de falar de América Latina, sem mencionar o Caribe. Acho que América Latina é um termo – eu nunca pesquisei isso historicamente – que parece ter sido inventado pelos franceses para de alguma maneira ter presença aqui, porque tinha um país francófono na região, o Haiti. Claro que nós temos muita coisa em comum com os países da

América Latina, mas não pode deixar de lado o Caribe, que é em grande parte anglófono, e o Suriname, onde se fala holandês. Claro, a integração latino-americana está na nossa Constituição, então temos que procurar fazer. Mas incluir o Caribe também. Por isso criamos a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que é América Latina e Caribe. E quando se criou, em Foz do Iguaçu, a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) – que defendo – só houve uma falha, porque deveria ser Unilac, para deixar claro que incluía o Caribe. Tenho consciência do esforço do presidente Lula, inédito totalmente, de aproximação com o Caribe e realização de cúpula do Brasil com os países do Comunidade do Caribe (Caricom), além de haver visitado vários países que jamais haviam recebido um presidente brasileiro.

Agora, se pretende criar um processo de integração verdadeiro, até na América do Sul é difícil. Os países não têm políticas comerciais totalmente compatíveis. Defendo que integração não pode ser vista só sob o ângulo comercial, econômico. Tenho dito isso insistentemente, até por oposição às posições que o governo Temer tem tomado. Mas sem o econômico ela não vai. Sem o econômico, ela vai ficar na retórica a vida inteira. Por quê? Porque a economia é a base.

Quando resolveram unificar a Alemanha (no século XIX), a primeira coisa que fizeram foi a união aduaneira entre aqueles principados e reinos e a Prússia, que era império. Então, era preciso criar a união aduaneira. Foi o que fizemos no Mercosul.

Aqui na América do Sul já temos dificuldades para uma união aduaneira, mas tem uma base, a proximidade física, que é muito importante. Existe até uma disposição de trabalhar muito em conjunto em infraestrutura e outros temas mais complexos, que têm implicação para o movimento das pessoas, que por sua vez tem implicações para os acordos de residência etc. No caso da América Latina e Caribe, isso não é tão fácil.

Tem uma frase famosa, dita por um presidente mexicano: “tão longe de Deus, tão perto dos Estados Unidos”, isto é um fato não só para o México, mas também para a América Central, o Caribe. Então, temos que ter consciência do que é possível fazer com esses países, pois a integração nunca será tão profunda quanto a que poderá ter com alguns países da nossa região e idealmente com todos da América do Sul, onde existe muitas coincidências de interesses e situações.

Vivi isso de maneira um pouco mais intensa do que quando ministro do Exterior, por ter sido ministro da Defesa. É possível conceber uma doutrina de defesa para a América do Sul. Se conseguir aplicar ou não, é outra questão, mas é possível. O Conselho de Defesa Sul-Americano tem projetado várias coisas, com ideias comuns, base industrial comum, a defesa dos recursos naturais.

Pensar nisso para o conjunto da América Latina (com ou sem Caribe) é muito difícil. Isso não exclui a cooperação intensa com todos os países. Nós temos que ter excelentes relações com o México e com Cuba, para pegar dois países com situações bem diferentes. E tivemos. Tratamos

de ter durante o governo Lula, mas tem que ter consciência de que, mesmo que você mantenha o ideal de ter uma integração latino-americana e caribenha como uma meta de longo prazo, operacionalmente há que passar por uma integração sul-americana, porque sem isto não se chega lá. Se quiser fazer com todos, ao mesmo tempo, isso apenas entorpeceria a integração e acabaria levando a uma paralisia.

Se já há essas dificuldades em relação à América Latina e Caribe, com relação à América nem se fala. O continente americano inclui países superdesenvolvidos e muitos países em desenvolvimento (inclusive um de menor desenvolvimento relativo, o Haiti).

Então, “América” é um conceito que, geopoliticamente, para mim não faz sentido, do nosso ângulo. Talvez faça sentido para os EUA. Então, penso que essa integração hemisférica, de toda a América, como já chegou a se falar, é uma balela, ou pior, um instrumento para manter a dependência.

Falando da integração: o que você identifica como grandes êxitos e coisas que ficaram pendentes? Onde não tivemos êxito durante nossos governos?

Para falar a verdade, em relação à América do Sul e até à América Latina e Caribe, devo dizer que fomos além do que eu pensava ser possível. Isso foi se desdobrando aos poucos.

Eu tinha uma ideia muito clara da América do Sul, pessoalmente, porque isso vinha do governo Itamar. Foi ele quem falou pela primeira vez em ALCISA, ou seja, Área de Livre Comércio Sul-Americano. Os termos da época eram

de liberalização econômica. Então, já que é para liberalizar, vamos fazer primeiro entre nós, ALCSA e não ALCA.

Acreditava muito importante numa base econômica para a integração. Eu já tinha a experiência do Mercosul e da tentativa da ALCSA. A infraestrutura já vinha de antes do nosso governo, embora tenha mudado bastante. Enfim, alguma coisa veio de antes do governo Lula, mas se desenvolveu muitíssimo no governo Lula, muitíssimo.

No início do governo, demos ênfase aos acordos comerciais, mas visando a uma integração mais ampla. Quanto à parte do livre comércio entre países da América do Sul, já tínhamos acordo do Mercosul com o Chile, já tínhamos com a Bolívia e fizemos com os outros países do grupo andino. Guiana e Suriname sempre tiveram uma situação diferente. São muito pequenos, têm laços muito estreitos com a Caricom. Necessitavam tratamento diferenciado. Agora estão mais integrados na nossa região, são países fronteiriços, além de ser uma questão de solidariedade. E nesse ponto, acho que avançamos muito.

Havia concepções diferentes. Mesmo no governo chileno da Concertación, ainda na época do Ricardo Lagos e depois com a Michelle Bachelet, a concepção da integração sul-americana se apoiava muito mais na liberalização comercial do que a concepção da Venezuela, quase exclusivamente política. Nós temos aqui, digamos, dois casos extremos.

Para a Venezuela, a integração econômica é entre as empresas estatais, o que não está totalmente errado. Mas não se pode esquecer, num país como o Brasil, que grande parte do PIB é privado, como em outros países da América

do Sul. Tem-se que tratar do comércio que envolve essas estruturas privadas.

Além dessas diferenças de concepção e dificuldades – que estou apresentando muito resumidamente –, tem todo o aspecto político, o problema da Bolívia com o Chile pelo mar, questões ideológicas, também diferenças entre a Colômbia e a Venezuela, enfim. Mas, levando em conta todas essas dificuldades, acredito que a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi um grande feito. E ela continuou avançando no governo da presidenta Dilma Rousseff.

Mencionei a questão da Defesa, o lado que mais andou. Talvez esteja sendo um pouco parcial nisso. Só o fato de os ministros da Defesa e chefes do Estado Maior se encontrarem de vez em quando, sem uma tutela de fora da América do Sul, já foi extraordinário. Porque se construiu uma concepção comum em um setor muito importante para a vida política. E não é o Plano Condor. É o oposto do Plano Condor, na realidade.

Acho que foi assim na área de saúde, uma área em que, por acaso, estou envolvido agora. Foi criado o Instituto Sul Americano de Governança em Saúde (ISAGS), onde tivemos o José Gomes Temporão na direção. Agora temos uma equatoriana, pessoas diferentes de países diferentes.

Obviamente não se resolveram todos os problemas. Até hoje, a União Europeia não conseguiu resolver os problemas internos da Espanha com os bascos, ou questões de fronteira entre países do antigo Leste Europeu. A Unasul teve um papel muito importante para contribuir

para “baixar a bola” de certos conflitos, principalmente entre a Venezuela e a Colômbia, em mais de uma ocasião, e até conflitos internos na Bolívia, a pedido da própria.

O Chile presidia a Comunidade Sul-Americana (a chamávamos assim) e foi numa reunião lá mesmo, no Chile, onde se levou adiante o processo de pacificação entre o Evo Morales e a chamada Media Luna.

Enfim, a Unasul teve uma importância enorme. Pode-se dizer que ela não resolveu uma série de problemas, afinal, não se consegue resolver tudo. Agora, depende muito do que os países querem. É uma conquista irreversível? Sim e não. Acredito ser muito difícil acabar com a Unasul. Não se pode chegar a esse ponto a desfaçatez, ir contra uma proposta tão importante, reconhecida por governos de direita e de centro-direita.

Na Colômbia, foi o governo de Álvaro Uribe a assinar o tratado. Ele esperneou um pouquinho, quis adaptar umas questões, mas assinou. Desejava modificar questões ligadas à segurança cidadã, como ele chamava, mas assinou e entrou para o Conselho de Defesa Sul-Americano. E depois, Juan Manuel Santos deu boas-vindas à mediação da Unasul, encabeçada pelo Néstor Kirchner, para questões da Colômbia com a Venezuela.

Acabar, não acredito. Talvez diminuirão a ênfase, provavelmente, mas o instrumento está lá. Se vier outro governo mais progressista, vai poder usá-lo mais profundamente. Então foi um feito extraordinário.

O presidente Lula foi uma referência. Se não fosse ele, nada disso teria acontecido. Seu impulso, a capacidade de

levar adiante, sua liderança foi extremamente fundamental em tudo. Agora, como disse uma vez o Marco Aurélio Garcia a propósito de outra situação, teve a ourivesaria do Itamaraty. Fazer requer um conhecimento específico de como elas se dão na diplomacia e no cenário internacional. E evidentemente, essas coisas só ocorreram porque eu sabia que correspondiam ao pensamento do presidente.

Por exemplo, eu sempre punha o centro na América do Sul. Mas à medida que foi avançando, tínhamos também Cuba, com quem mantivemos muito bom relacionamento. México, quem vai desconhecer o México? Na América Central, o Haiti, por razões totalmente diferentes. Nós temos dois países do Caribe aqui incrustados em nossa região. Então, tudo isso junto – e a própria relação com o Haiti – terminou nos levando a uma relação mais profunda com a Caricom. Portanto, além da América do Sul, tínhamos que ter uma política para a América Latina e Caribe. E tinha que ser algo que não interferisse na Unasul, que tinha que continuar sendo o que é.

Nós pensamos: vamos fazer algo que permita contemplar México e Cuba. E fomos talvez ajudados pela crise de 2008, que obrigou o México a procurar uma parceria mais autêntica com a América do Sul. O México tinha um presidente que era de centro direita, Felipe Calderón, que procurou muito o presidente Lula. Veio mais de uma vez ao Brasil, queria muito se aproximar de nós. Ele disse: eu estou amarrado num elefante e o elefante está moribundo. Isso também ajudou a criar a Celac. Ela foi criada no México, nasceu como CALC, na reunião de Sauípe (na

Bahia), no final de 2008. Nasceu sem nome ainda, pois era uma conferência. Foi criada um ano e meio depois, em Cancún.

Veja bem, que coisa extraordinária: não é a primeira vez só na história do Brasil, mas é a primeira vez em 200 anos de história em nossa região que se tem uma organização de natureza política na América do Sul, a Unasul, com a base econômica, que são acordos de livre comércio com quase todos os países da região. Com Guiana e Suriname são acordos de preferência, porque é o que foi possível fazer sem destruir as suas economias. E uma organização de cooperação para o conjunto da América Latina e Caribe, a Celac.

Eu era um jovem secretário na missão do Brasil junto à OEA, naquele período difícil, nos anos 1978. E na época, víamos essa diferença com os EUA e sonhávamos. Uma vez um colega disse: “vamos chamar de Nova Organização Latino-Americana (NOLA)”, como se fosse uma coisa que a gente pudesse fazer. Impossível, naquela época.

Agora foi feito, a Celac. São avanços extraordinários que, se não fosse a liderança do Brasil e do presidente Lula, não ocorreriam. Nem uma coisa, nem outra, porque as dificuldades eram muitas.

Itamar Franco teve uma ideia com a ALCSA, mas era limitada ao plano comercial, embora com visão política. Mas não conseguiu, nem teve tempo. Fernando Henrique Cardoso não se interessou, embora tenha o mérito de, pelo menos, ter feito uma cúpula sul-americana. Também não vamos retirar os méritos que existem. Enfim, sem esse impulso para chegar onde chegamos, não havia.

Você fez um comentário: é muito difícil acabar com a Unasul. É muito difícil acabar com os BRICS também?

Acredito ser difícil acabar com os BRICS porque até na classe empresarial tem apoio. A China desperta temor, mas também tem um poder de atração muito grande, então, acabar acho que não. Mas se acontecer de ser eleito um governo da mesma índole do atual e se prolongar isso por mais cinco, dez anos, aí não sei.

E o fato de não dar ênfase a um determinado processo também o enfraquece. Não precisa acabar formalmente, basta não querer resolver mais os problemas da América do Sul na Unasul e levar diretamente para a OEA, por exemplo, que já está enfraquecendo a Unasul.

Com relação ao BRICS, considero a mesma coisa. Não vejo este governo tomando atitudes mais corajosas em termos políticos como, por exemplo, evitar o tratamento da questão da Ucrânia no G20; ou levar adiante, no campo da defesa, um acordo para aquisição de sistema de defesa antiaérea com a Rússia.

Nossa defesa antiaérea é muito fraca. Nós temos uma relação forte com os EUA. Temos um grande projeto com a França, o submarino de propulsão nuclear. Mas temos alguns acordos na área espacial com a China. Temos um acordo importante na área da Defesa para a produção de um míssil de defesa antiaérea, com a África do Sul. E com a Rússia, a grande coisa que poderia surgir é essa artilharia antiaérea. Temos também boa cooperação com a Índia, que pode ser desenvolvida. Os aviões são suecos. E a Suécia, apesar de europeia e ocidental, não é da OTAN.

Que expectativa você tem da política externa dos EUA a depender da vitória de Hillary Clinton ou Donald Trump?

Considero a imprevisibilidade como uma das características de Donald Trump. Ele é um populista de direita. Age da maneira que acredita agradar o eleitorado, ou pelo menos ele fala. Não sei como será depois. Claro que, uma vez que estiver naquela máquina, as coisas mudam um pouco.

Se for Hillary Clinton, será uma continuação de Barack Obama e talvez mude um pouco pelo fato de ser mulher, obviamente, o que é uma coisa interessante. Aqui no Brasil não foi suficiente, pelo contrário, para preservar a presidenta. O Obama tem uma coisa interessante que o Lula tinha: a proveniência social. E a raça, o que também aumentava muito o *soft power*, o poder brando americano. Acho que a Hillary manteria isso.

Em termos de ações propriamente ditas, as pessoas no governo se revelam mais do que antes de serem eleitas. Hillary pode ser menos arrojada que Obama. Ele pareceu arrojado quando começou o governo, mas na questão do Oriente Médio-Palestina, não fez nada de concreto¹. Fez menos que George W. Bush, que iniciou o processo de Annapolis.

Apesar disto, ele fez duas coisas de grande arrojo. Uma foi o acordo com o Irã, apesar de antes nos ter tirado o tapete. Mas a verdade é que ele fez depois e foi muito criticado

1. Esta entrevista foi concedida, transcrita e revisada semanas antes da votação no Conselho de Segurança da ONU, realizada em dezembro de 2016, em que os EUA se abstiveram.

internamente, de modo que considero uma ação corajosa. Depois, Cuba. Quebrou o paradigma, o que parecia impossível. A última vez que servi nos EUA, eu era embaixador na ONU, o pessoal dizia: o governo quer, mas tem a Flórida, tem Nova Jersey... Obama viu que eram tigres de papel e foi adiante. Foi uma coisa corajosa.

Em ambos os casos, curiosamente, o Brasil e o governo Lula tiveram um papel. No caso de Cuba, claro que as relações existiam muito antes, mas Lula deu muita ênfase, teve Mariel, a incorporação de Cuba ao Grupo do Rio, a Celac etc. O Lula foi o primeiro a dizer, em Trinidad Tobago (2009), que não haveria outra Cúpula das Américas sem a participação de Cuba. E o próprio Obama, no seu discurso sobre o “estado da Nação” atribuiu o reatamento diplomático com Cuba à necessidade de os EUA não ficarem isolados no continente. Então, não tenho a menor dúvida de que o Brasil tenha contribuído para levar a discussão multilateralmente.

Já o acordo com o Irã, eles, EUA, tinham proposto, nós conseguimos negociar e depois eles deram pra trás. Mas mostramos que era possível.

Ali tem um problema: a possibilidade de o Irã ter uma bomba atômica é vista por Israel – o mais fiel aliado dos EUA e vice-versa – como uma ameaça existencial. Não estou dizendo se é verdade ou mentira, mas é vista dessa maneira. Então, a questão nuclear iraniana é um problema com que teríamos que lidar. Nós vimos que era possível lidar com ele, juntamente com a Turquia. Foi uma sugestão do próprio Obama, inicialmente, que depois levamos

adiante, com a Declaração de Teerã. Mas como isso não se resolveu, cresceram as pressões para uma ação militar. Então, no final de 2011, alguém importante da equipe da Hillary Clinton, sua secretária de planejamento, escreveu um artigo no *Financial Times* dizendo mais ou menos assim: quem sabe está na hora de dar uma olhada naquele acordo que a Turquia e o Brasil propuseram.

Fale sobre a política externa de 2003 até 17 de abril de 2016: o que caracteriza essa política, que etapas houve, dá para falar numa continuidade?

Nos conceitos, houve uma continuidade. Nos grandes temas, o Brasil manteve as mesmas posições.

Teve um voto sobre o Irã, que achei errado, logo no início, pois ali era pressão da mídia, um pouco lua-de-mel com a mídia brasileira, que usou o caso daquela moça que havia sido condenada, a Sakineh (que afinal não foi executada). Mas tirando coisas muito específicas, não houve mudanças de conceitos.

Lamentei, por exemplo, o Brasil não ter participado, com o ministro do Exterior, numa conferência internacional sobre a Síria. Leva-se dez anos para chegar a uma posição em que se é convidado – não fomos nós que pedimos – para uma reunião global sobre a Síria, onde só participam os diretamente envolvidos, alguns países europeus, provavelmente os mais ricos – em desenvolvimento não deveria ter mais nenhum provavelmente fora da região, talvez a Índia. Mas o Brasil estava porque era visto como um país que poderia ajudar. E não enviamos o ministro

numa situação dessas? Não tenho como julgar os motivos da decisão, mas lamentei.

Então, não são visões conceituais diferentes. Acredito que houve uma queda de intensidade, mas não de conceito. A presidenta Dilma não fechou nenhuma embaixada na África; foi no governo dela que o banco dos BRICS foi criado, o Banco e o Fundo de Contingência. São coisas muito importantes. Ela teve uma atitude altamente digna quando houve a questão da espionagem norte-americana, cancelando a viagem aos EUA naquele momento. Na Defesa, ela apoiou ações que eram positivas para a política externa, a manutenção do programa com a França, o programa dos caças com a Suécia, o Conselho Sul-Americano de Defesa se manteve e, ainda, expandimos um pouco nossa presença na África, inclusive com relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A política externa do Lula era ativa e ativa. A da presidenta Dilma continuou sendo ativa, embora um pouco menos ativa, mas isso não é tão grave. Eu prefiro uma política ativa e menos ativa, do que uma política que seja “não ativa”, mas continue ativa, pois aí nós estamos no desastre. É o risco que a gente está correndo.

Do ponto de vista estrito da política comercial, como você faz o balanço do Brasil de 2003 até 17 de abril de 2016?

Hoje li nos jornais uma declaração do ministro da Economia francês, falando sobre o grande acordo transatlântico, chamado TTIP. Ele disse que é melhor deixar de lado essa negociação, porque não vai mesmo para a frente.

Retomou uma declaração do ministro alemão, que não chegou a ser tão forte, mas é mais ou menos no mesmo sentido. Na minha opinião, esse acordo acabou. Os dois grandes acordos – o outro é o TPP, a parceria transpácífica, que tanto Donald Trump quanto Hillary Clinton renegam – seriam uma tendência mundial, da qual o Brasil está ficando de fora e não vão pra frente.

O governo Obama abandonou a Organização Mundial do Comércio (OMC), praticamente. Não abandonou totalmente porque continua precisando do foro multilateral, para buscar solução de controvérsias com países com quem os EUA não mantêm acordos bilaterais ou regionais. E concentrou nesses grandes acordos (TPP e TTIP) que têm também um objetivo geopolítico, de isolar a Rússia de um lado e a China de outro.

Esses acordos não deixam de ter objetivos comerciais também. Cláusulas sobre propriedade intelectual que o atual ministro do Exterior não poderá aceitar, caso queira honrar o seu passado como ministro da Saúde, porque vão diretamente contra a questão das patentes.

Nós procuramos avançar até um acordo com a União Europeia, mas não foi possível. As exigências eram excessivas e os benefícios muito pequenos. Os nossos industriais também não achavam bom o que estava sendo proposto, sentiam-se ameaçados e, ao mesmo tempo, a agricultura achava que estava ganhando pouco. E com razão.

Então, parou desde 2004. Tirando isso, nos concentramos em novos mercados: sul/sul, Índia, China, África e países árabes. Na China, naturalmente, todo mundo fez, mas até

começamos um pouco antes de todo mundo perceber que a China se tornaria tão importante.

As pessoas acham que a África é só compaixão. Não. Nosso comércio com a África multiplicou por cinco. E se você considerá-la – eu sei que o que vou falar é um artifício, mas que tem um certo sentido – um país, estaria em quarto lugar entre os nossos parceiros, abaixo da China, EUA e Argentina (não sei se hoje, mas na época em que estudei essas coisas, estava assim). Na frente da Alemanha. Então, a África não é um mercado para ser jogado fora. E com tudo pronto para ser aproveitado, diferentemente dos mercados maduros, onde tudo o que é fácil já se fez, onde terá que pagar muito em troca de qualquer nova vantagem.

Se quiser acrescentar uma cota de etanol maior na União Europeia, terá que pagar muito em termos de indústria automobilística. Se quiser entrar com açúcar nos EUA, terá que pagar com um regime mais forte para patentes, o que inviabiliza nossa indústria de genéricos.

Então, acho que a gente fez a coisa certa em nossa relação com esses grandes países desenvolvidos. Como é que a gente fez para disciplinar essas relações? Agindo num sistema multilateral, onde, digamos, o jogo de forças é um pouco mais equilibrado.

Toda a mídia fala que o comércio do Mercosul é um fracasso. Tivemos alguns problemas, evidentemente, além dos problemas políticos, mas se pegar o período da criação do Mercosul (1991) até 2013, o comércio mundial cresceu cinco vezes. E o comércio intra-Mercosul cresceu 12 vezes.

O Mercosul é relevante até do ponto de vista mercantil, que não é o principal do nosso ponto de vista.

Mas na grande negociação com os países desenvolvidos, a OMC é o melhor lugar porque lá se busca equilíbrio e porque o que nós procuramos eliminar (os subsídios agrícolas dos países ricos, por exemplo), não tem como terminar num acordo bilateral. Não há como, porque os EUA não vão se desfazer de um programa que não é só para o Brasil. É um programa que afeta a Europa e todo mundo, então não vão se desfazer de seu programa se a Europa não se desfizer do dela. Ou seja, a única maneira de resolver questões desse tipo é no plano multilateral. A OMC é talvez injusta, mas é melhor que nada, porque você tem uma linha de equilíbrio lá dentro.

Agora considero que faltou aprofundar nossas relações dentro da Unasul. Poderíamos ter mantido acordos de compras governamentais, por exemplo, pelo menos no Mercosul, muito mais fortes. Essas coisas criam um cimento para unidade política. E unidade política depende da vontade política, mas não se faz só por cima, porque aí, sim, é fácil desarmar depois. Quando cimenta por baixo, nas relações econômicas e tal, fica mais difícil desarmar.

Na esquerda brasileira, mesmo entre os mais críticos, sempre houve elogios à política externa. Mas para muitos que elogiavam, um ponto fora da curva parecia ser o Haiti. Que balanço você faz da presença brasileira no Haiti?

Certas comparações que a esquerda fez com a invasão da República Dominicana, em 1965, acho que não têm nada a ver. República Dominicana foi uma coisa feita sem

autorização da ONU. A OEA naquela época era totalmente dominada pelos EUA e os governos militares. Não tem nada a ver com nossa presença no Haiti, resultado de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU, numa situação de caos no Haiti. O Brasil só entrou lá, autorizado pela ONU, como integrante da força de paz.

Nós não podíamos adivinhar que ia ter um terremoto daquelas proporções que teve no Haiti. Mas o fato é que a presença do Brasil e de outros países da América do Sul, como integrantes da força de paz, era um fator de equilíbrio, inclusive político. Evitou que houvesse uma hegemonia dos países desenvolvidos (EUA, Canadá e França).

Teve um momento absolutamente decisivo: quando o presidente René Préval foi eleito, em 2006, era um homem ligado ao Aristide e os EUA não o desejavam. Quem garantiu que Préval fosse declarado eleito e tomasse posse foi o Brasil. Na época falei com o secretário-geral da ONU e falei com a secretária de Estado. Esses dois personagens, absolutamente importantes, um pelo lado jurídico, formal, outro pelo poder, queriam que tivesse um segundo turno, quando Préval obviamente tinha conseguido vencer já no primeiro turno, apesar das fraudes contra ele. E o povo haitiano foi para a rua, invadiu o único hotel de luxo etc.

E nós dissemos, “vocês façam como quiserem, mas o Brasil, as tropas brasileiras não vão atirar no povo, as tropas brasileiras podem lutar contra grupos armados, contra bandidos, contra narcotraficantes, o que for, mas não vão atirar no povo. Então, vocês não contem conosco”.

Quem conduziu o processo foi o Conselho Eleitoral Haitiano, mas quem deu o suporte foi o Brasil e o Chile. O Chile era muito importante, pois o representante da ONU lá era um chileno, o Juan Gabriel Valdez. O presidente Lula me delegou a questão. Falei pessoalmente com Lagos e dei essa posição: “Presidente, a gente não pode, a gente não vai atirar no povo”. E ele respondeu: “Você está totalmente certo e o Chile vai na mesma linha”.

Com o apoio do Chile, que tinha a representação política, e do Brasil, que tinha o comando das tropas, evitou-se uma situação muito grave. Mas o Haiti é um país muito complexo, tanto é que, depois de algum tempo, voltou o Aristide e agora tem candidato nessa eleição.

Então, acredito que a presença do Brasil ajudou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) a ser menos intervencionista, no mau sentido, (de impor soluções) do que seria. Não vou dizer que foi tudo uma maravilha, porque essas coisas são complexas, mas acho que se evitou o pior. Em 2004, o Aristide não ficaria no poder, quem tomaria o poder eram os ex-militares que estavam voltando, ligados aos golpistas do Cédras e aos traficantes. Então, viraria uma carnificina sem fim.

Eu até brinquei, porque fui chefe de missão dos observadores da OEA no Haiti, na eleição presidencial de 2015/2016, que acabou não se completando. Plagiei o Tom Jobim: “Haiti não é para principiantes”. Eu perguntei a um candidato, que sempre tinha sido crítico da Minustah: vem cá, você quer que a Minustah vá embora? E ele respondeu,

“Ah! agora, não”. Por quê? Porque ali, infelizmente, o uso da força indiscriminada está muito disseminado.

Claro que o Haiti tem que caminhar com seus pés. As coisas estavam preparadas para isso antes do terremoto. Agora, é um processo longo e complexo. Tenho esperança que haja uma eleição com resultados positivos.

E aquela promessa que várias nações assumiram de contribuir financeiramente com o Haiti...

O Brasil honrou. Não posso dizer em detalhes sobre as outras, porque passam a contabilizar as coisas que já faziam como se fossem novas, mas de qualquer maneira a França tem uma grande presença lá, com programas médicos etc., o Canadá também. A Fundação Clinton tem uma presença enorme lá, fator muito importante e não necessariamente positivo no processo de escolha do sucessor de Préval, que resultou na eleição de Michel Martelly. Eleição muito suspeita, por sinal.

Eu sei que nós, do Brasil, fizemos um aporte que era destinado para algo estruturante no Haiti. Pusemos 40 milhões de dólares para a construção de infraestrutura (a hidrelétrica de Artibonit), mas como o projeto não teve apoio de outros países, aquele programa (estruturante para a melhoria do fornecimento de energia elétrica) não foi realizado.

Como está o debate, nesse mundo que discute a política externa do Brasil? Os setores que apoiaram a política externa ativa e ativa vão travar um bom combate nos próximos anos, ou haverá um refluxo?

Eu sou embaixador de carreira. Fui embaixador no

governo do Fernando Henrique Cardoso. Uma das razões pelas quais acreditei que o governo Lula podia fazer uma política externa ativa e altaiva, refere-se à autoestima que a própria eleição do Lula representou, do ponto de vista do povo brasileiro. Essa autoestima tinha que se refletir na política externa porque muitas vezes o Brasil tinha boas posições, mas ficava tímido.

Antes, o Brasil nem sempre teve posições de direita, negativas. Não. O Brasil fez coisas boas. Eu presidi três painéis sobre o Iraque, que fora da função de ministro talvez tenham sido as coisas mais importantes que fiz na minha vida diplomática. E foi no governo Fernando Henrique. O governo via com uma certa preocupação. Mas não impediu minha atuação. O acordo sobre patentes também foi no governo Fernando Henrique. Então, a gente não pode generalizar. O que havia era timidez, eu acho, em relação a muitos casos.

O presidente Lula considerava que se alguma boa ideia ia caminhar, ele apoiava. Então, para um diplomata que quer realizar o interesse brasileiro, isso é muito entusiasmante. Não é que os diplomatas ficaram de esquerda, de repente. O Brasil, no passado, defendeu teses desenvolvimentistas, solidariedade com a África. Em tese, isso tudo nunca saiu do programa do país (à exceção de curtos períodos no governo militar). Mas havia, também, um forte componente neoliberal, que norteava a política econômica e que se refletia também na política externa. Foi o caso da Alca. E é claro que algumas pessoas que estavam muito envolvidas com a negociação da Alca se sentiram frustra-

das com a mudança de orientação, ficaram muito críticas. Mas a grande maioria, principalmente jovens, via com entusiasmo as nossas ações, pois sentia que a política estava acontecendo. Segundos-secretários e terceiros-secretários que estavam na África, ou em um país árabe, sabiam que tratavam de temas de interesse direto do presidente e do ministro, o que valorizava o trabalho deles. Então, acho que o Itamaraty é como um instrumento musical, precisa ser tocado. Se não for tocado, ele estraga.

Agora, voltando ao debate atual, é difícil generalizar. As situações são muito complexas. Eu vivi o governo militar. Era muito jovem ainda, mas de qualquer maneira, vivi o governo militar. Entrei para o Rio Branco em 1963 e comecei a trabalhar em 1965. Ali, se não vendesse a sua consciência, ou você ia pra guerrilha, digamos, ou ajudava na divulgação dos fatos que aconteciam no Brasil, o que eu e outros fizemos, da maneira mais discreta que era possível fazer. Então, havia jeito de contribuir para melhorar a posição do Brasil.

Um exemplo que sempre dou é o do Ovídio Melo. O Italo Zappa também. Mas o Ovídio Melo estava em Luanda, e o Brasil foi o primeiro a reconhecer o governo de Angola, o MPLA, em 1975, no auge da Guerra Fria, quando o Brasil vivia a ditadura militar de direita e o MPLA era um partido que se dizia marxista e aliado à União Soviética. Isso não é pouca coisa. Agora, se o Ovídio tivesse saído do Itamaraty, se marginalizado, isso não teria acontecido. Então, é sempre um dilema saber o que você vai fazer nessas situações.

Acredito que tem muita gente desconfortável com as

atitudes do governo Temer. Até que ponto essas pessoas vão vocalizar seu desconforto, não sei. Elas têm uma carreira, têm a profissão delas. Às vezes você está preparado para correr certos riscos, mas é um drama pessoal para muita gente que conheço.

Por exemplo, quando houve o golpe de 1964, quatro diplomatas foram cassados. Um foi o Antonio Houaiss. Acho que foi a melhor coisa que aconteceu na vida dele, porque ele, que já era um intelectual importante, desabrochou. No caso dele, a Embaixada de Portugal pediu sua cassação porque ajudava os africanos no combate ao colonialismo na ONU. Ele era ministro conselheiro na ONU.

O outro cassado era o Jatir de Almeida Rodrigues, que havia sido denunciado pelo Carlos Lacerda nos anos 1950. Queriam pegar um comunista e quem era o comunista de plantão? Era ele. Eu o conheci só depois de aposentado e não sei se era comunista. Outro era um amigo de Juscelino. O quarto a ser cassado era o chefe da delegação para a Conferência da ONU para o Desenvolvimento. Ele soltou os cachorros, mandou um telegrama dizendo: “Não sirvo a um governo de gorilas e nem a um chanceler do imperialismo”. Jaime de Azevedo Rodrigues. Grande figura. Mas você não pode aconselhar alguém a fazer isso. Se você sente, faz.

Não sei como o governo Temer vai se desdobrar. Prevejo um conflito, uma “guerra civil” entre alguns deles – Henrique Meirelles e José Serra – que não são somente pessoas com personalidades diferentes, mas têm visões diferentes. O Henrique Meirelles foi do nosso governo, do Banco

Central e é a pessoa ligada à grande finança internacional. Uma vez, no avião presidencial, tentou me convencer a relançar a Alca, que já estava enterrada. Já o José Serra é um cara imprevisível. Essa divisão vai se acentuar nos próximos meses.

Acho que estamos vivendo um momento muito difícil para o foro íntimo de muitos diplomatas. Outros não. Racionalizam, dizendo que no fundo o Serra é um nacionalista, ou que faz o que tem feito porque precisa ganhar a eleição. Muitos que estão nessa linha, mas outros estão inconformados, até pela maneira pouco diplomática como certos assuntos estão sendo levados adiante, pela ideologia, por tudo isso.

Agora, até que ponto você pode falar de movimento de resistência dentro do Itamaraty? Muito difícil. Haverá pessoas que seguirão instruções lamentáveis, digamos assim, com menos zelo, porque precisam fazer. Fazer de maneira burocrática, só. Ao mesmo tempo, as pessoas continuam a pensar. Então, a visão que se formou no governo Lula tem muita penetração.

Não vou dizer que ela é unânime, mas a minha sensação é de que penetrou muito entre os jovens, para além do Itamaraty. Penetrou muito e a maioria se orgulha da política externa.

Veja que curioso, todo mundo fala: “Ah! Política externa não interessa, não é um tema eleitoral”, mas uma das coisas mais abertamente atacadas pela direita, não só durante o governo mas também nessa fase de *impeachment*, é a política externa. Aliás, uma das áreas mais ativas, não

necessariamente no sentido positivo, tem sido a política externa. E isso tem repercutido na mídia.

Quando escrevi o artigo publicado na *Folha*, “Guinada à Direita no Itamaraty”, um amigo que continua no Itamaraty me disse que dava para fazer um *clipping* só com os artigos contra a política externa ativa e altiva e contra mim, naturalmente. Então, é uma área importante, pois mostra o que é o país e o que ele pensa que deve ser. Eu acho que os setores que defendem o modelo dependente querem uma imagem compatível com o modelo dependente, o “bonzinho”. Não é, necessariamente, o cara que diz amém para tudo. De vez em quando pode bordejar, dar sua saidinha e tal. Mas eles não querem um país que vá criticar a invasão do Iraque, que não aceite uma negociação comercial com as características da Alca ou do TPP, não é? Um país que dará ênfase nas relações com a África e a América do Sul? Isso é coisa de pobre. Então, não corresponde, fica artificial na boca deles.

O que você acha que militantes de esquerda, progressistas, podem fazer para aumentar o interesse pelos temas internacionais?

Promover discussões. Você tem o movimento negro, mas pode ser o movimento das mulheres, pode ser a CUT, a área acadêmica. Vejo na área acadêmica, sou convidado praticamente sem parar. Recuso convites não por esnobismo, mas porque é impossível encaixar na agenda. As pessoas que se interessam pela política internacional querem uma política que valorize o país e que as valorize enquanto pessoas e como profissionais. Se você está numa

atitude dependente, sem iniciativa, isso também desestimula. Uma vez um jornalista, que foi bastante crítico do nosso governo, mas que tem noção das coisas me disse: “Na época do Lula, nós éramos requisitados por políticos estrangeiros. Viam um jornalista brasileiro e queriam logo dar uma entrevista...”. Então, acho que a gente tem que fazer esse debate, envolvendo os movimentos sociais, negros, mulheres, CUT, sindicatos, mas também misturados com o meio acadêmico, jornalistas.

Uma última questão: vamos supor que esse campo que ganhou as quatro últimas eleições consiga ganhar 2018. Os princípios certamente serão os mesmos, mas do ponto de vista do cenário internacional, o que você acha que será novidade?

Citando uma frase do Harold Wilson, uma semana é uma eternidade na política, na política externa, então... Os grandes interesses não se dissolvem, mas o que vai acontecer, é impossível prever.

Por exemplo, a invasão do Iraque nos obrigou logo a mostrar a que viemos. Claro que na época nossa influência era mínima, mas nós falamos. O presidente Lula falou com Kofi Annan várias vezes, escreveu uma carta para o Papa, que eu entreguei pessoalmente. Isso nos projetou. Contatos com o ministro alemão – que na época era contra a invasão –, francês, russo, antes de fazer qualquer outra coisa. Não tinha dado nem tempo de fazer qualquer coisa, mas isso nos deu uma projeção, além da figura do presidente, sua história, seu passado, o Fórum Social. Não quero

desconhecer nada dessas coisas que eram parte da imagem, componentes de nossa política, mas com essas atitudes estávamos mostrando que era pra valer.

Na hipótese que você mencionou, as grandes linhas não vão desaparecer: ênfase na integração sul-americana; cooperação latino-americana e caribenha; aproximação com a África; trabalhar por um mundo multipolar, que não depende só de nós, depende da China, da Índia, dos EUA.

Houve um momento em que os EUA estavam tão engolfados (sem trocadilho) lá no Golfo, que pudemos atuar na Venezuela de uma maneira que não sei se poderíamos ter feito antes. Porque eles também não queriam ver estourar outro conflito aberto... não queriam. Podiam não gostar do Chávez, mas não queriam. Acabaram, digamos assim, aceitando que o Brasil liderasse o movimento, foram juntos, houve um referendo revogatório, Chávez ganhou.

Nós agimos porque os EUA tinham outras prioridades e não tinham como impedir nossa ação; e também porque foi gradual. Uma coisa aqui, outra ali. As coisas não foram todas de uma vez. Mas, mesmo assim, o sistema reagiu.

Obama nunca chegou a pedir desculpas para a presidenta Dilma pela espionagem. Deu uma recuada, amenizaram, vamos cooperar, não sei o quê, mas não chegou a pedir desculpas. Pediu para Angela Merkel, mas não pediu para a presidenta Dilma, porque a Merkel é uma aliada indispensável num conflito que não é só de ideias, mas um conflito de poder, de quem vai influir em certa parte do mundo, gente com bomba atômica, capacidade de guerra cibernética e outras coisas.

O sistema reagiu. Quando você vê tudo o que está acontecendo no Brasil, se isso tem uma relação com nossa política externa, pode até ser que tenha, não posso dizer, mas não é a única coisa, evidentemente, mesmo pensando em outras coisas mais profundas como o Pré-Sal etc. Mas tudo guarda uma relação entre si.

Então, acredito que voltar a ter uma política externa ativa e altiva vai exigir do governo não só ações de política externa, ações no campo diplomático, mas também de reconstrução de entidades no Brasil que correm sério risco de serem ou destruídas ou muito debilitadas, como Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o empresariado nacional na cadeia ou fazendo delação. A parte nuclear, não sei o que será desse programa no Brasil, porque uma coisa é ter o submarino nuclear, outra coisa é ter uma fábrica de centrífugas, pois só o submarino nuclear não justifica uma produção em série de centrífugas. Para se ter uma fábrica de centrífugas, empresarial, precisa ter um programa nuclear importante, pacífico.

Sou totalmente a favor de um programa pacífico, mas é uma tecnologia importantíssima no mundo, de enorme valor. Mesmo quando a Rússia não apoiou nosso acordo, não acabou a cooperação que eles tinham com o Irã. O governo que vier terá que reconstruir esses instrumentos básicos, sem os quais a política externa ficará retórica.

Marco Aurélio Garcia

12 DE OUTUBRO DE 2016

O golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, com forte apoio da quase totalidade dos meios de comunicação, dos empresários e de importantes segmentos do Estado (parte do Ministério Público, da Polícia Federal e do Poder Judiciário) está produzindo profunda regressão política no país.

A contrarreforma em curso, que em muitos aspectos faz o Brasil retroagir a um período anterior à Constituinte de 1988, atinge igualmente, como seria de esperar, a política externa ativa e ativa dos governos Lula e Dilma, um dos pontos mais fustigados pela oposição nos últimos 13 anos e meio.

A presença soberana do Brasil no mundo vem sendo meticulosamente desconstruída, o que é bastante grave.

Primeiramente, porque a linha que José Serra (PSDB-SP) vem aplicando à frente do Itamaraty não foi plebiscitada em nenhuma das quatro últimas eleições presiden-

ciais. É fruto simplesmente de uma orientação ideológica conservadora e antidemocrática, sobre a qual a sociedade não foi ouvida.

Em segundo lugar, porque a virada conservadora em curso ocorre em um quadro internacional de grande incerteza, econômica e política.

A crise financeira desencadeada a partir de 2008 está longe de seu fim.

Recentes previsões da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam para um estancamento econômico global – talvez até mesmo uma recessão – com graves consequências sobre o comércio mundial. Isto confirma o pessimista prognóstico da chanceler alemã Angela Merkel, para quem a economia internacional deverá esperar pelo menos uma década antes de normalizar-se.

À imprevisibilidade econômica soma-se a incerteza política.

Sem querer ser exaustivo, basta mencionar a expansão da ameaça terrorista, alimentada no passado recente pelo descalabro político das grandes potências no Afeganistão, Iraque, Líbia, para só citar as intervenções mais notórias dos últimos anos. Consequência principal, mas não única, dessas desastradas aventuras imperialistas e do impacto global da crise econômica, é o drama dos refugiados, tragédia social e humanitária só comparável àquela da Segunda Guerra Mundial.

As levas de homens, mulheres e crianças que atravessam (quando conseguem) o Mediterrâneo em busca de

uma vida mais digna, se defrontam com uma Europa em crise econômica, na qual prospera um nacionalismo xenófobo e proliferam concepções de extrema direita, racistas, como não se via desde os anos 1930 do século passado. Os ajustes em curso no Velho Mundo corroem as poucas experiências social-democratas europeias que sobreviveram, destroem a economia, golpeiam conquistas sociais e ameaçam inclusive o projeto de integração continental, como atestam a recente saída do Reino Unido da União Europeia (UE) e os muitos conflitos separatistas que se multiplicam na região.

Às vésperas de sua eleição presidencial, os EUA acrescentam mais dúvidas sobre o futuro do mundo. O debate eleitoral e, sobretudo, a ascensão da candidatura Trump mostram a profundidade da crise política que atravessa a principal potência mundial. Sintomas particulares desta situação são a ausência de lideranças mundiais expressivas e a incapacidade das organizações multilaterais – e não só a ONU – de atuar positivamente nas muitas situações de crise nos quatro cantos do mundo.

Ainda que não se possa comparar a senhora Clinton com seu opositor, não fica claro qual será a política externa norte-americana nos próximos anos. É previsível, no entanto, seja qual for o resultado das eleições, que persistirão (e, até mesmo, se agravarão) os sinais atuais de renascimento da Guerra Fria. É o que se pode deduzir das muitas iniciativas de “contenção” que Washington tem implementado em relação à Rússia e à China.

E A AMÉRICA LATINA? E O BRASIL?

Em situações como essa, quando se vão configurando novos polos na cena mundial, é grave o panorama atual da América Latina e da América do Sul, em especial.

A soberania regional, especialmente da América do Sul, conquistada nos primeiros anos do século XXI, a partir da constituição de governos de esquerda e de centro esquerda em muitos países e dos programas de integração que avançaram, se vê fragilizada pela crise desses projetos progressistas em grande parte da região, como demonstra, entre outros, o golpe parlamentar no Brasil.

São muitos os sinais de involução da situação sul-americana: a prolongada crise venezuelana; as pressões da direita no Equador; a derrota de Evo Morales no plebiscito boliviano, a vitória de Macri na Argentina, as dificuldades do governo de Michelle Bachelet no Chile, a exclusão da esquerda no segundo turno da eleição presidencial peruana, a derrota da proposta de paz no referendo da Colômbia, para citar os exemplos mais relevantes.

É evidente que todas essas situações têm também (e talvez principalmente) determinações nacionais, cabendo às forças progressistas realizar um profundo exame de suas razões para poder propor alternativas.

Mas é também evidente que esse novo quadro compromete a aspiração da América do Sul de constituir-se como *polo*, como estava estabelecido na formação da Unasul e, em certa medida, da própria Celac.

A consequência dessas crises nacionais é o enfraquecimento dos projetos regionais de integração, como se pode ver principalmente no Mercosul, hoje corroído pelas iniciativas brasileiras, que só têm encontrado apoio efetivo, no bloco, no governo paraguaio.

O Uruguai tem resistido à arrogância recente do Brasil; e até mesmo a Argentina, de orientação mais conservadora, vê hoje com preocupação a desastrada conduta do ministro José Serra, que constrange de forma crescente segmentos da própria diplomacia brasileira.

As expressões e incursões de um chanceler que parece querer transformar o Itamaraty em comitê eleitoral de suas ambições presidenciais chamam a atenção não só pela prepotência e partidarismo conservador, mas sobretudo pelo despreparo, amadorismo e improvisação que revelam. Essa não é a tradição do Itamaraty.

Renunciamos a política Sul-Sul. Somos irrelevantes no BRICS.

Os danos que essas condutas trazem para a política externa do país são enormes.

O *impeachment* da presidenta Dilma é entendido como *golpe*. Não podemos mais exibir a democracia que vinha marcando o Brasil nas últimas décadas. Menos ainda as conquistas sociais dos últimos 13 anos e meio.

É elementar que nenhum país pode aspirar uma presença importante no mundo, se não mantém uma relação forte com seus vizinhos.

Os laços solidários do Brasil com a América do Sul, inclusive com países governados por forças de centro-di-

reita, foram fundamentais para o êxito da política externa de Lula e Dilma na região.

O bom relacionamento com nossos vizinhos teve um efeito de demonstração relevante em nosso relacionamento com conjunto da América Latina e Caribe. Mais ainda, foi complementado por nossas iniciativas Sul-Sul, que desembocaram na formação do BRICS e em iniciativas de grande importância junto aos países árabes e africanos.

É significativo que essa política – que alguns tentaram qualificar depreciativamente como “terceiro mundista” – não nos tenha afastado das grandes potências. Se assim fosse, como explicar as boas relações que mantivemos com os EUA, a despeito de inevitáveis contenciosos, ou o fato de haver sido o Brasil considerado como “aliado estratégico” da União Europeia, logo após a China? Como explicar, igualmente, nossa presença como convidado às reuniões do G8 e, posteriormente, nossa presença destacada nas negociações da Rodada Doha (da OMC) e no G20 financeiro, que teve destacado papel para evitar que a crise de 2008 se transformasse rapidamente em catástrofe?

PRESENTE E FUTURO

Não é necessário ser um analista perspicaz para chegar à conclusão de que o recente golpe parlamentar no Brasil, por maiores que sejam suas especificidades nacionais, integra uma tendência mundial de crise da política e das instituições democráticas. Nesse sentido fica extremamente fragilizada a presença do Brasil no mundo, como se pode

ver das repercussões que a derrubada do governo Dilma teve globalmente.

O golpe mostra, igualmente, a fragilidade dos projetos políticos em curso na região, notadamente em nosso país.

Ele indica, finalmente, que está em curso um rearranjo geopolítico que deve ser combatido e revertido em função das graves consequências que teria para o interesse nacional e para o progressismo, em especial, caso essa onda conservadora venha a ser finalmente vitoriosa no continente.

A despeito dos muitos avanços que a política externa brasileira teve na década passada, sobretudo no que se refere à integração continental, fica hoje claro que ela deveria ter assumido um ritmo mais intenso, que permitisse vencer obstáculos internos e resistências nacionais, em outros países, compreensíveis, principalmente, em períodos de crise econômica global, como o que passamos a viver a partir de 2008.

Muitos aspectos de nosso ordenamento institucional e de nossa burocracia se revelaram também fatores que entorpeceram a execução de uma política externa mais ativa e solidária.

Face à heterogeneidade das experiências políticas e econômicas em curso na região, havia que insistir mais em uma plataforma básica que respeitasse os processos nacionais, mas ao mesmo tempo estabelecesse as bases comuns para uma integração de novo tipo. Era e é fundamental superar a retórica com ações concretas.

Como a política externa faz parte de um todo – projeto nacional e projeto regional – será fundamental avançar (nacional e regionalmente) na (auto)crítica desses 15 anos de emergência de movimentos sociais, de transformações governamentais e de surgimento de uma nova cultura política.

Não há boas políticas sem um forte debate de ideias.

Constrangidos pelos desafios do exercício das tarefas governamentais, fomos frequentemente negligentes em realizar uma reflexão crítica sobre a herança passada e sobre os desafios futuros. Essa reflexão não é condição suficiente, mas necessária, para nossa ação.

O nacionalismo brasileiro e latino-americano, diferentemente do europeu, é favorável à integração continental, tem marcada sensibilidade social e ganhou nos anos recentes uma clara dimensão democrática. Os neoconservadores dos anos 1980-1990, que parecem querer sair de suas tumbas nos dias de hoje, davam continuidade no passado, por outros meios, aos projetos autoritários e excludentes das ditaduras militares que infestaram a América do Sul. Ao renunciar a soberania nacional, eles abandonavam a soberania popular, ambas consideradas supérfluas no bravo mundo globalizado.

Mostramos que um outro mundo era possível. É fundamental retomar essa tarefa interrompida. Um dos meios de fazê-lo é transformá-la em tarefa de todos.

Um dos aspectos positivos dos últimos anos foi constatar que um tema aparentemente complexo e distante como a política externa vinha cada vez mais interessando amplos segmentos da sociedade. Trata-se de generalizar

esse processo e mostrar como o lugar que o Brasil ocupa no mundo é fundamental para o cotidiano dos homens e mulheres que integram a nação brasileira.

É fundamental entender que está em curso uma grande mudança geopolítica no mundo. Não só entender, mas revertê-la.

Samuel Pinheiro Guimarães

14 DE NOVEMBRO DE 2016

Como você caracteriza a situação mundial?

O mundo se encontra em uma crise econômica prolongada; há conflitos armados em zonas da periferia, em especial no Oriente Próximo; há graves tensões entre os EUA (EUA) e a Rússia, em especial na Europa; o número de refugiados e de imigrantes não cessa de crescer; verifica-se a emergência da xenofobia, do racismo e de movimentos e partidos de direita; há uma “política” de ataque de governos e de partidos da direita ultraneoliberal às conquistas dos trabalhadores.

Quem são os protagonistas principais?

O principal protagonista são os EUA, a grande potência política, militar, econômica, tecnológica, cultural e midiática, e seus aliados europeus e japonês, em luta para preservar sua hegemonia, que se inicia em 1945. A hegemonia americana teve seu momento de ápice, por um

lado, com a desintegração da União Soviética, a ascensão de Boris Yeltsin e a adesão russa aos preceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da política externa americana; e, por outro, com a abertura da República Popular da China (RPC), a partir de 1979, às megaempresas e à tecnologia dos países altamente desenvolvidos capitalistas.

O segundo principal protagonista é a República Popular da China, que inicia sua transição em 1979 para construir uma economia industrial/tecnológica moderna e autônoma inserida no sistema econômico capitalista, porém sem subordinação aos EUA. Ela se torna a principal potência manufatureira e comercial mundial, em todos os continentes, e importante investidora, além de potência militar nuclear, cada vez mais armada.

Há também a emergência de novos protagonistas, como os BRICS, cujo alcance político e militar, em conjunto, ainda é limitado, no entanto.

Quais são os conflitos fundamentais?

O principal conflito é a disputa velada pela hegemonia mundial entre os EUA e a RPC, a começar na Ásia, mas igualmente na África e América Latina.

A importância da Ásia, e em especial da China na Ásia, para os EUA é de tal natureza que estes declararam a reorientação de sua política externa em direção àquele continente, afirmando com ênfase que os EUA se consideram uma “potência asiática”, com interesses vitais na região. A estratégia americana procura inclusive a aproximação com a Índia, para com isto enfraquecer a coesão dos BRICS

e sua capacidade de ação. Ela também trouxe movimentos inesperados como a aproximação militar entre EUA e Vietnã durante o governo Barack Obama. A crescente influência econômica da China nos países da Ásia tenderá a erodir os antigos laços construídos pelos EUA com os países da região, tais como Tailândia, Indonésia e Malásia e mesmo com aquelas sociedades de matriz cultural e étnica europeia, como a Austrália e a Nova Zelândia.

Por outro lado, a crescente presença da China na América Latina vai gradualmente enfraquecendo a posição dos EUA como potência hegemônica na região, esta é considerada pelos EUA sua área de influência exclusiva, desde que anunciaram unilateralmente a Doutrina Monroe, em 1823.

A relação entre EUA e China é uma relação de simbiose econômica. A RPC acolhe as megaempresas multinacionais, inclusive americanas, com transferência enorme de capitais e tecnologia, porém as sujeita a uma disciplina de forma a estimular as exportações e a transferir tecnologia para empresas chinesas.

Os extraordinários *superávits* que a China obtém em seu comércio exterior, e seus quase 4 trilhões de dólares em reservas são, em grande parte, investidos em títulos do tesouro norte-americano, o que contribui para controlar tendências inflacionárias.

O governo chinês, conhecedor do poder norte-americano, não se cansa de reiterar e enfatizar que a política exterior chinesa não busca a confrontação ou a disputa com os EUA. Mas se rege pelos princípios do desenvolvimento pacífico,

da cooperação, da não confrontação e da inserção no sistema econômico e político mundial, cujo centro é a ONU.

A hegemonia alcançada ao final da Segunda Guerra Mundial permitiu aos EUA organizar os sistemas político, militar, comercial e financeiro mundiais de modo a melhor atender aos interesses da sociedade e do Estado americanos; sob uma capa de multilateralismo, de aparente igualdade soberana dos Estados e de predomínio dos princípios da economia clássica para a economia mundial, isto é, a livre concorrência, a ampliação dos mercados e a liberdade dos fluxos de bens e de capitais, com exclusão dos Estados socialistas.

Os EUA vêm conseguindo manter sua hegemonia por meio de gastos militares (e tecnológicos) elevados e de controle da mídia mundial e da capacidade de convencer outros países a se “integrar” na economia e na política dos EUA, como ocorreu com o México e como se tem verificado na negociação dos chamados mega-acordos regionais, como a Parceria Transpacífica (TPP) e o Tratado Transatlântico (TTIP).

Certas iniciativas de natureza política e econômica da China, como o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS), o Arranjo Contingente de Reservas, o Banco Asiático de Infraestrutura e a Rota da Seda afetam a capacidade de certos mecanismos econômicos de dominação indireta dos EUA, tais como o FMI e o Banco Mundial, assim como o desenvolvimento tecnológico/militar da RPC afeta a hegemonia militar americana.

Um segundo conflito fundamental é a política agres-

siva, inclusive militar, dos EUA em relação à Rússia, através da expansão da presença da OTAN em direção à fronteira ocidental russa e também na Ásia com sua rede de bases militares no entorno da Rússia (e da China). A Rússia, por outro lado, é a potência capaz e disposta a enfrentar a ação americana militar em certas regiões, como a Síria.

Além dos conflitos fundamentais, que são os EUA *versus* a RPC e os EUA *versus* a Rússia, há uma série de tensões e de conflitos localizados, tais como os que ocorrem na península coreana, no Irã, no Iêmen, na Venezuela etc., em que os EUA atuam muitas vezes para “exemplificar” e punir “províncias” rebeldes.

Há uma série de situações de tensão e conflito no Oriente Próximo em países e sociedades árabes e muçulmanas, em que se defrontam facções do Islã e em que há disputas entre regimes laicos e religiosos, sendo que, em todas essas situações, o papel de Israel e do petróleo são fundamentais.

Outra questão importante, mas que recebe menos atenção, é o recrudescimento da desigualdade e o aumento da concentração de renda no mundo. Estas tendências poderão contribuir para novas situações de conflito, à luz da crescente escassez de recursos energéticos e alimentares em diversas regiões do mundo.

Como você caracteriza a situação continental?

A situação continental deve ser vista à luz dos objeti-

vos dos EUA e da estratégia que utilizam para implementá-los.

Os objetivos dos EUA para a América Latina e do Sul são os seguintes:

- criar uma economia regional integrada, aberta aos bens, serviços e capitais americanos e à ação das multinacionais em geral, mas em especial as norte-americanas, que se consideram as mais competitivas do mundo;

- alinhar a política dos Estados da região para que apoiem as ações americanas de política externa;

- impedir a emergência de um Estado, ou de um grupo de Estados, capaz de rivalizar com a influência americana ou de desenvolver uma economia nacional ou regional autônoma;

- garantir o papel de árbitro supremo dos EUA na região, exercido através da OEA;

- manter os Estados da região desarmados.

Os instrumentos dos EUA para atingir tais objetivos são os seguintes:

- celebrar acordos bilaterais ou regionais de “livre comércio”, e acordos multilaterais na OMC e “compromissos” dos Estados com o FMI, todos instrumentos de “normatização econômica ampla” que “aferrólhem” (*lock in*) normas neoliberais de política econômica;

- garantir na mídia a hegemonia da visão americana da política mundial, por meio da articulação no âmbito da Sociedade Interamericana de Prensa (SIP) e da influência que exercem os EUA sobre os proprietários da grande mídia, sobre os grandes anunciantes etc.;

- combater a emergência do Mercosul, principal núcleo de cooperação entre as duas maiores economias da região, o Brasil e a Argentina;

- combater o fortalecimento da Unasul e do Conselho Sul-Americano de Defesa;

- celebrar acordos multilaterais e regionais de desarmamento e “estimular” a redução de despesas militares em favor das despesas em programas “sociais”.

A desintegração política e econômica da URSS, sua adesão ao capitalismo, sob as ordens do FMI, e a vitória do poder tecnológico dos EUA no Iraque, em 1991, levaram a um ambiente mundial de euforia do “pensamento único” neoliberal, do “fim da história” política/ideológica e da vitória final da “democracia de mercado”.

Na América do Sul, esse novo “clima” político mundial levou à vitória governos neoliberais que procuravam aplicar as políticas defendidas pelo chamado Consenso de Washington: abertura comercial e financeira; desregulamentação; privatização e desnacionalização; políticas de âncora cambial; controle rigoroso da inflação.

As políticas neoliberais fracassaram e criaram as condições para as vitórias democráticas e eleitorais de candidatos “progressistas”, como Hugo Chávez; Lula; Néstor Kirchner; Evo Morales; Tabaré Vázquez; Fernando Lugo e Rafael Correa, que tinham, todos eles, programas e políticas semelhantes: inclusão social; recuperação do controle nacional sobre recursos naturais; fortalecimento do Estado; industrialização; integração sul-americana; política externa independente.

Esses programas, com exceção daqueles de inclusão social (contra a fome e a pobreza; em favor da educação e da saúde pública e gratuita etc.) contrariavam os principais programas neoliberais dos governos anteriores (FHC no Brasil, Carlos Menem na Argentina etc.) e os interesses das megaempresas americanas e do governo dos EUA, que eram os patrocinadores das políticas do Consenso de Washington.

A partir desta situação política, os EUA, em íntima conexão com as classes hegemônicas tradicionais em cada um desses países, iniciaram campanhas de desestabilização política, de desmoralização midiática, nacional e internacional, e de pressões econômicas em preparação de processos de *regime change* (de golpe de Estado) que levassem à instalação de governos que adotassem políticas neoliberais compatíveis com os interesses das megaempresas multinacionais e do Estado norte-americano.

Os EUA prosseguiram em sua política de negociação de acordos bilaterais/regionais de “livre comércio”, em realidade acordos de *lock in* de políticas comerciais, de investimento, de serviços, de compras governamentais, de crédito público, e de propriedade intelectual.

Tiveram sucesso nas negociações com o Chile; a Colômbia; o Peru e países da América Central e continuaram a política midiática e acadêmica de desmoralização do Mercosul e de “endeusamento” da Aliança do Pacífico e, mais tarde, dos acordos regionais no Pacífico (TPP) e no Atlântico Norte (TTiP).

Tiveram sucesso em sua ação política no Paraguai, com a deposição “judicial” de Fernando Lugo; na Argentina, com a eleição de Mauricio Macri; no Brasil, com a deposição “judicial” de Dilma Rousseff.

A operação americana de *regime change* continua em plena intensidade, contra Nicolás Maduro, e com intensidade menor, ainda nas etapas de destruição de imagem e de desestabilização, contra Rafael Correa no Equador; Evo Morales, na Bolívia, e Michele Bachelet, no Chile.

Vitoriosos os regimes retrógrados de Cartes, Macri e Temer, a implantação de políticas neoliberais levará ao desemprego, à recessão, à desindustrialização; à desnacionalização; ao enfraquecimento dos Estados nacionais, únicas entidades capazes de se opor à força das megaempresas multinacionais e de seus Estados de origem e assim disciplinar sua ação, protegendo os povos e, em especial, a maioria de trabalhadores e de excluídos de cada um desses países.

Como você analisa a situação do Brasil a partir do impeachment do ponto de vista das relações internacionais?

A situação do Brasil decorre, de um lado, de sua localização geográfica; de sua participação em organizações regionais, como a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), o Mercosul, a Unasul e a Celac; em organizações multilaterais, como a ONU e suas agências; em acordos em vigor, como o do clima; da participação no BRICS, no Fórum de Diálogo e África do Sul (IBAS), no grupo de países Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC), no G20 financeiro e no G20 agrícola; e, de outro

lado, ao desejo de um governo, sem mandato popular, de implantar e executar um programa ultraneoliberal, em ritmo acelerado.

Esse programa tem como um de seus pilares abrir a economia brasileira, em todos os setores, ao capital estrangeiro; desregular as atividades econômicas em favor do capital; criar “vantagens” ao capital estrangeiro com o objetivo de atrair capitais de investimento, de retomar o crescimento, de reduzir o desemprego.

Esse governo, sem nenhuma legitimidade e reduzida popularidade, deseja “agradar” os países exportadores de capital alinhando a política externa com os objetivos desses países, em geral ocidentais, tendo de levar em conta o fator novo e importante da China.

Assim, desenvolve sua ação agressiva contra a Venezuela, para agradar os EUA; procura enfraquecer o Mercosul para agradar os EUA e a União Europeia; e muito mais não pode fazer devido aos BRICS e à necessidade de atrair investimentos e empréstimos, que julga, a contragosto, que poderiam vir principalmente da China.

As mudanças da política externa não atrairão capitais enquanto certas realidades, tais como a arrogância na prática política dos países desenvolvidos, a semelhança de interesses brasileiros com os de países subdesenvolvidos e a situação política, econômica e social de vizinhos na América do Sul, acabarem por se impor.

Por outro lado, as consequências das políticas ultraneoliberais farão com que os países altamente desenvolvidos, depois de apoiarem o programa econômico de Temer, e sua

consolidação legal, conforme declaração da diretora-geral do FMI, Cristina Lagarde, venham a abandoná-lo. Como exemplo, pode-se mencionar a PEC 241/PEC 55, de limitação por 20 anos de todos os investimentos do Estado e a concessão deslavada de ainda maiores privilégios aos ricos, o desemprego e a conseqüente revolta popular, as escassas perspectivas de lucro em um ambiente de profunda recessão.

Como você analisa a política externa do governo Lula?

A política externa do governo Lula foi baseada nas realidades de localização geográfica do Brasil na América do Sul e em frente à África Ocidental; na busca permanente dos interesses nacionais da maioria do povo brasileiro, isto é, do desenvolvimento; da inclusão social; da desconcentração de renda; dos princípios da autodeterminação, não só para o Brasil como para todas as sociedades, e de não intervenção, não só de fora para dentro do Brasil como do Brasil em terceiros países; do fortalecimento da posição do Brasil no sistema mundial, em especial da luta pelo assento permanente no Conselho de Segurança; pela defesa e promoção do multilateralismo; no desenvolvimento e na integração, em especial da América do Sul; na aliança com grandes Estados da periferia que têm interesses comuns na reforma do sistema mundial, como os BRICS; na luta pela paz.

Que tipo de resultados foram colhidos?

Na América do Sul, a expansão do comércio e dos investimentos; a construção da Unasul e de seu Conselho de Defesa; o fortalecimento do Mercosul; as relações estreitas

de cooperação e da amizade com todos os governos, em atmosfera de respeito mútuo; o financiamento de grandes obras de infraestrutura bilateralmente, como no Paraguai, e através do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); a rejeição da Alca e a integração de Cuba na Celac e no sistema latino-americano; o estreitamento dos laços de cooperação com a Argentina.

Na África, a expansão do comércio, dos investimentos e da ação de empresas brasileiras de engenharia em grandes obras; a conquista do apoio africano às posições do Brasil nas negociações internacionais; a cooperação humanitária com a África, através da Iniciativa contra a Fome e a Pobreza; a cooperação técnica com países africanos, por meio das agências da Embrapa e da fábrica de retrovirais em Moçambique; a organização da primeira conferência de Chefes de Estado entre países da África e países da América do Sul, a ASA.

Na Ásia, a aproximação com a China, que se torna o principal parceiro comercial do Brasil, e a expansão de nossas exportações para todos os países da região; a construção do bloco dos BRICS, o principal fenômeno geopolítico do século XXI; e, finalmente, a construção do IBAS e os seus programas de cooperação em terceiros países.

Na Europa, a conquista gradual de apoio, inclusive de Estados que são membros permanentes, à reforma do Conselho de Segurança da ONU e à candidatura brasileira como membro permanente ao Conselho; o acordo de parceria estratégica com a União Europeia, celebrado com pouquíssimos Estados; o programa de construção do

submarino nuclear com a França, e de construção de submarinos convencionais; e o programa, com a Suécia, de aquisição e de construção no Brasil de aviões Grippen.

Com os EUA, país, sociedade e Estado com quem as relações do Brasil são as mais amplas e tradicionais, nos campos da política, dos temas militares, do comércio, dos investimentos, da tecnologia e da cultura, não necessitam elas de especial apoio, pois se desenvolvem em canais tradicionais. Além disto, tais relações poderiam ser caracterizadas, de um lado, como de respeitosa e recíproca divergência em certos temas, como a Alca e clima; e em relação à ação político-militar ocidental, capitaneada pelos EUA em casos como os do Iraque, da Líbia e da Síria. Por outro lado, como pautadas por iniciativas inovadoras de cooperação tais como os programas de desenvolvimento da produção de etanol em países da América Central.

No Oriente Próximo, a permanente e indispensável procura de equilíbrio nas relações do Brasil com Israel e com os países árabes/muçulmanos, inclusive devido à existência de importantes comunidades de origem judaica e muçulmana no Brasil; o acordo entre Irã, Turquia e Brasil sobre o programa nuclear do Irã, criticado na época porém mais tarde reconhecido como fato importante, inclusive à luz do acordo assinado pelo Irã com o P5+1 em 2015 e da conseqüente reaproximação com os EUA; o reconhecimento, como Estado, da Autoridade Palestina, com ampla repercussão na América Latina; a organização da primeira conferência de Chefes de Estado entre os países da América do Sul e os países árabes, a ASPA.

A promoção das exportações para todos os países, sem considerações ideológicas, e a conquista de novos mercados levou à realização de grandes *superávits* comerciais e de acúmulo de reservas, à possibilidade de pagamento de dívidas com o FMI e, portanto, ao fim da supervisão das políticas econômicas brasileiras pelos técnicos do FMI, e, em último lugar, a concessão de empréstimo do Brasil ao FMI.

Nas organizações e nas negociações internacionais, em especial nas Nações Unidas, destacou-se a ação do Brasil para promover a reforma dessas organizações, inclusive do Conselho de Segurança, com o apoio do G4, integrado por Índia, Japão, Alemanha e Brasil, com o apoio cada vez mais numeroso dos demais Estados da Organização; a participação do Brasil no Conselho, como membro não permanente, sempre em defesa da paz, da autodeterminação e da não intervenção; a criação do Conselho de Direitos Humanos; a reforma dos sistemas de votação do FMI e do Banco Mundial, assim como numerosas propostas e iniciativas nos mais distintos foros, sempre com o objetivo de fortalecer o sistema multilateral tanto econômico como político.

Na administração pública brasileira, diante das críticas da grande mídia à política externa e de sua intensa e permanente campanha contra as posições brasileiras, houve um intenso esforço de esclarecimento e de estreitamento dos laços de cooperação com todos os Ministérios na execução da política externa.

Como você avalia a política externa do governo Dilma?

Não participei, direta ou indiretamente, da formulação e da execução de política externa pelo governo a partir de 2010. Minha apreciação, portanto, é incompleta e distante.

A crise econômica mundial permaneceu, se agravou e atingiu com mais força a economia brasileira, com impactos importantes sobre as atenções do governo e sobre a execução da política externa, que exige hoje em dia a presença e a participação intensa dos chefes de Estado e de governo.

Os laços de cooperação com a América do Sul tenderam a se tornar mais frágeis, devido ao menor número de encontros e entendimentos bilaterais, o mesmo ocorreu com os países e estadistas da África e a Ásia.

As atenções do governo – e sua ação internacional, inclusive nas Nações Unidas – se dirigiram para enfrentar a situação da economia.

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (o Banco dos BRICS), do Arranjo Contingente de Reservas e do Banco Asiático de Infraestrutura foram de enorme importância e dos quais o Brasil participou intensamente, e com acerto. Houve também outras questões de relevância, como a eleição dos brasileiros José Graziano e Roberto Azevêdo para a direção-geral da FAO e da OMC, respectivamente.

O apoio do Brasil ao ingresso da Venezuela no Mercosul, fortemente combatido pela política americana de isolamento deste país e de apoio às organizações promotoras do golpe na Venezuela, foi uma decorrência inesperada do golpe de Estado no Paraguai e de sua suspensão das atividades do Mercosul.

Como você analisa a integração regional, seus êxitos, pendências e fracassos?

Há três esquemas de integração regional não subordinada, isto é, esquemas que não estão sujeitos à estratégia e ao projeto norte-americano para a integração regional, que são o Mercosul, a Unasul e a Celac.

No caso do Mercosul, o principal êxito do processo de integração foi o reconhecimento pelo Brasil das assimetrias entre as economias dos países componentes e a consequente criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

O segundo e importantíssimo êxito foi o encerramento das negociações da Alca e a consequente sobrevivência do Mercosul. O terceiro foi o ingresso da Venezuela no Mercosul e as negociações com a Bolívia para sua plena adesão ao bloco. O quarto foi a negociação dos acordos de livre comércio entre o Mercosul e os demais Estados da América do Sul, o que permitirá a existência de uma área de livre comércio em toda a América do Sul, a partir de 2019. E o quinto êxito foi a criação de uma série de instituições de cooperação entre os Estados membros tais como o Instituto de Direitos Humanos.

A primeira pendência é o insucesso, até o momento, dos esforços de ampliação dos recursos para o Focem. A segunda é o insucesso, até agora, da proposta de ampliação da Secretaria do Mercosul e de suas competências técnicas.

O primeiro fracasso foi o insucesso das negociações para adesão do Equador ao Mercosul. O segundo tem sido a forte redução do número de reuniões bilaterais e das

articulações políticas entre os chefes de Estado para fazer avançar a integração nos distintos setores das economias, das sociedades e da Administração dos Estados membros. O maior fracasso que poderia ocorrer para o Mercosul seria o eventual sucesso das negociações e a eventual celebração de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Isto levaria, na prática, ao fim do Mercosul como instrumento de construção de economias nacionais e regional, industrializadas e modernas.

No caso da Unasul, sua criação teve e tem enorme importância política, pois significa que não haveria a participação de potências extrarregionais. As controvérsias entre os Estados da América do Sul seriam discutidas e resolvidas entre os Estados da região; a Unasul seria o principal organismo para a articulação da cooperação, em todos os setores, entre os Estados da região. A Unasul, assim, passaria a desempenhar o principal papel político da OEA, organização em que o poder e a influência dos EUA sempre foram determinantes, em relação aos países da América do Sul.

O segundo êxito foi a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano com competência para elaborar uma estratégia regional de defesa; estimular os programas de cooperação entre as indústrias de defesa da região; promover o intercâmbio de oficiais militares e a criação de confiança entre as Forças Armadas da região.

A Celac constitui o primeiro organismo de cooperação política, econômica e social da América Latina, integrado exclusivamente por Estados latino-americanos e caribenhos, subdesenvolvidos.

O processo de criação da Celac, a partir do Grupo do Rio, criou as condições de reintegração total de Cuba na região.

O que fazer para que os grandes temas da política externa façam parte das preocupações conscientes do povo brasileiro?

A política externa é alvo de uma grande disputa ideológica que se verifica nos meios de comunicação de massa, nas redes sociais, no Congresso e na academia.

Os meios de comunicação são vitais para a transmissão das opiniões dos interesses organizados, em especial do empresariado, e para a formação da posição dos congressistas que elaboram e aprovam a legislação que organiza as atividades econômicas, as relações na sociedade e o sistema político.

Os grandes meios de comunicação são estreitamente vinculados, por interesses econômicos e ideológicos, com as classes hegemônicas tradicionais brasileiras.

Por sua vez, elas são vinculadas historicamente às classes hegemônicas das grandes potências, e a partir de meados do século XIX, às classes hegemônicas dos EUA da América, devido à ascensão do café como principal atividade econômica e principal produto de exportação, que gerava as divisas necessárias à importação de bens de consumo para as classes hegemônicas.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, a diversificação da economia brasileira, a industrialização e a integração do território tornaram esses laços mais complexos nas áreas do comércio, dos investimentos, da tecnologia e da defesa, mas a situação central se mantém, isto é, a exis-

tência de amplos e fortes vínculos entre essas classes hegemônicas brasileiras e as classes hegemônicas americanas e o papel da mídia nessa relação.

Assim, temos no Brasil uma ação dos grandes organismos de mídia que defendem sistematicamente a visão de mundo das grandes potências, em especial dos EUA. Seu objetivo é modificar o sistema legal brasileiro para torná-lo compatível com os interesses americanos e para alinhar politicamente o Brasil com as iniciativas e ações dos EUA em suas disputas com “províncias rebeldes” de seu “império”; ou em seu embate com potências contestatárias do poder absoluto do império, como a China e a Rússia.

Os grandes meios de comunicação, as televisões, os jornais e revistas de grande audiência e circulação têm sido amplamente apoiados, no Brasil, pelas verbas publicitárias governamentais. Isso não tem ocorrido, e até pelo contrário, com os sites, blogs etc. que têm uma posição progressista em termos de política internacional e de política externa.

Seria de grande importância criar, por meio da internet, um sistema alternativo de informações sobre os eventos internacionais e difundir essas informações diretamente para as principais elites políticas, econômicas, militares, sociais, religiosas e acadêmicas. A expectativa seria a de que elas venham a compreender os interesses de longo prazo do Brasil, e venham a se manifestar e contribuir para o debate na sociedade dos temas da política internacional e da política externa.

Que tipo de política externa deve ser adotada?

A política externa brasileira deve ter como objetivo o desenvolvimento econômico e social da sociedade e o fortalecimento do Estado brasileiro. Isso deve ser feito do ponto de vista político e militar na esfera internacional para enfrentar ameaças, agressões e pressões de natureza econômica, política e militar.

Os princípios fundamentais da política externa devem ser a igualdade entre os Estados, a autodeterminação, a não intervenção, o respeito às fronteiras e a defesa da paz.

A política externa deve procurar a maior diversificação possível das relações, econômicas e políticas, do Brasil com todos os Estados. Com isso, procura-se reduzir a vulnerabilidade externa do país e contribuir para a construção de alianças que são indispensáveis para participar, com êxito, das disputas internacionais e defender e promover nossos interesses nas organizações e nas negociações internacionais. Essas definem as normas que devem reger as relações entre os Estados em todos os campos, desde os ambientais, os direitos humanos, aos temas militares.

A política externa brasileira deve ter como seu centro inicial as relações com os Estados vizinhos da América do Sul. Seu enfoque e atitude deve compreender as assimetrias de toda a ordem que existem entre o Brasil e cada um dos Estados da região. As relações do Brasil com os Estados da região, a começar pela Argentina, o grande Estado de origem hispânica, e os demais do Mercosul são fundamentais para construir um bloco regional coeso, capaz de atuar com eficiência em um mundo de grandes blocos.

À medida que o Brasil se desenvolva economicamente

e assim venha a diversificar cada vez mais seus interesses em todas as regiões, um objetivo central da política externa deve ser a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de garantir a defesa de nossos interesses nas questões centrais da política internacional.

Neste processo, a participação da África é fundamental. Ali se encontram 54 Estados dos 204 que integram as Nações Unidas e a reforma de qualquer artigo da Carta depende da aprovação de dois terços dos membros da ONU, isto é, de 128 votos.

Tanto do ponto de vista econômico de ampliação e de diversificação do comércio e de investimentos, quanto do ponto de vista político, as relações bilaterais com cada Estado africano, com base nos princípios de autodeterminação, de não intervenção e de cooperação não condicionada são de extraordinária importância.

A emenda ao texto da Carta para ampliar o número de membros permanentes do Conselho de Segurança depende também da aprovação dos cinco membros permanentes para entrar em vigor. Portanto, as relações políticas do Brasil com esses Estados são vitais.

As relações do Brasil com cada Estado europeu e com a União Europeia devem ter como objetivos a diversificação de nossas exportações, em especial de produtos industriais; a superação dos obstáculos ao pleno acesso aos mercados agrícolas europeus; a transferência efetiva de tecnologia entre empresas nacionais e europeias; a ação conjunta em negociações internacionais econômicas sem-

pre que houver coincidência de interesses. Nas questões políticas em geral, em que a Europa tende a se aliar com os EUA em suas relações com os países da periferia, cada circunstância deve ser examinada à luz dos princípios e dos objetivos da política externa.

As relações do Brasil com os EUA devem ter como objetivos a diversificação de nossas exportações, em especial de produtos industriais; a superação dos obstáculos ao pleno acesso aos mercados agrícolas americanos; a transferência efetiva de tecnologia entre empresas nacionais e americanas; a ação conjunta em negociações econômicas internacionais sempre que houver coincidência de interesses. Nas questões políticas internacionais, os EUA têm posição central como potência imperial no “controle” dos países de sua órbita, quando dele procuram “escapar” em maior ou menor medida, e no embate com potências contestatárias de sua hegemonia. Em cada circunstância, a posição do Brasil deve ser ponderada e executada à luz dos princípios e dos objetivos da política externa brasileira.

As relações do Brasil com os Estados da Ásia, mas muito em especial com a China e a Índia, se desenrolam em três esferas: as relações bilaterais com cada Estado asiático; no âmbito do IBAS e no âmbito dos BRICS.

As relações com o Japão e com a Austrália e Nova Zelândia têm natureza semelhante às relações com os EUA e com a União Europeia, com quem em geral atuam coordenados, exceto no que diz respeito ao comércio internacional de produtos agrícolas.

As relações com os países árabes e muçulmanos se de-

senrolam centralmente em torno da questão palestina e do petróleo, temas sobre os quais o Brasil tem cada vez maior interesse.

As relações do Brasil no âmbito dos BRICS são de especial importância não somente pelos aspectos econômicos e financeiros do Banco dos BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas, que aparecem como alternativas aos sistemas de condicionalidades do Banco Mundial e do FMI; como pelos aspectos de coordenação de posições comuns sobre temas internacionais, como a reforma do FMI e do Banco Mundial e para a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança.

Luiz Inácio Lula da Silva

14 DE DEZEMBRO DE 2016

Quando disputei as eleições de 2002, quando tinha clareza de que aquelas eleições seriam ganhas, também tinha clareza de que era preciso definir uma proposta de política externa para o Brasil se inserir no mundo, sem o complexo de vira-lata habitual.

Convivi muito com o Itamaraty, mesmo quando era dirigente sindical, porque toda vez que eu viajava para o exterior, a gente fazia questão de comunicar ao Itamaraty. Muitas vezes tive que ir às embaixadas, mas o Itamaraty tinha uma visão de Casa-Grande, de obediência a um pensamento hegemônico, dos Estados Unidos (EUA) no mundo.

Um episódio que me marcou muito: estava em uma reunião com o embaixador do Brasil em Paris e dizia que não era possível um embaixador brasileiro ser eleito por unanimidade para presidir a Agência que cuidava da não proliferação nuclear; mas o Bush faz um pedido, o Fernando Henrique Cardoso acata e abdica do cara do Brasil! E

me disseram: “Ô Lula, isso não tem nenhuma importância, o Brasil não paga nada, o Brasil não põe dinheiro lá, o Brasil não tinha nem que estar lá, aquilo não é coisa para o Brasil”. Essa era a visão: Se os EUA não gostam, então não faço. Isso me irritava profundamente.

Durante a campanha presidencial de 2002, a gente tinha feito uma campanha falando de América Latina, falando de América do Sul, falando de combater a Alca. E quando ganho as eleições, o primeiro passo acertado foi a escolha do ministro.

Recebi um monte de gente. Não vou citar nomes, mas muita gente apareceu, até gente que eu não conhecia, mas que aparecia como se fosse meu melhor amigo. Até que me lembrei do Celso Amorim e disse: Marco Aurélio, vamos conversar com o Celso Amorim. Acho que eu tinha conhecido o Celso Amorim em Londres. Quando ele veio conversar comigo – por quase uma hora –, o que o Celso pensava era tão perto do que eu pensava, então encontrei o cara que precisava para fazer comigo a política externa.

Não concordo com as críticas que faziam ao Itamaraty, como uma coisa velha, um produto com prazo de validade vencido. O Itamaraty é um centro de excelência respeitado no mundo inteiro, mas ele depende da orientação política do governo. Não é o Itamaraty que define a orientação política. Ela parte do presidente da República. Se o presidente da República não dá uma orientação, não define o que quer, o Itamaraty vai fazer as coisas normais. Participar de coquetel, escrever telegramas, mas não vai ter uma política ativa.

Quando estávamos indo ou vindo de Davos, eu falei: Celso, nós vamos mudar a geografia política do Brasil. Não podemos continuar assim, nem do ponto de vista comercial, nem do ponto de vista político. Não podemos ser tão secundarizados como somos.

Eu tinha pensado numa outra coisa: que em cada embaixada importante teria um militante político, para fazer política na sociedade. Depois pensei: não sou do Partido Comunista cubano e o Brasil não aceitará esse tipo de coisa, haverá uma rebelião do próprio Itamaraty se colocar lá gente do partido e resolvi não colocar. Mas resolvi trazer o Marco Aurélio Garcia, porque ele era o cara que melhor tinha relação com a oposição, com toda a oposição da América Latina, com o Partido Socialista Francês, com o Partido Social-Democrata Alemão. O Marco Aurélio tinha uma boa relação com os vários partidos de oposição do mundo, por conta do Partido dos Trabalhadores (PT). Então, era importante ter na diplomacia oficial um cara que conhecesse o outro lado, que convivesse com o outro lado. O Marco Aurélio era extraordinário, porque às vezes a gente ia para uma reunião oficial e depois ele participava de uma reunião com os partidos de esquerda, não precisava o Celso Amorim ir. Eu tinha certeza que as duas coisas estavam sendo bem feitas, tanto com a situação quanto com a oposição.

A gente tinha que tomar algumas atitudes. Dentro do Itamaraty havia muito preconceito contra a relação com a América do Sul, muito preconceito contra a África. Era uma coisa muito elitista, europeia e uma política ameri-

canizada. O Celso Amorim foi tratando de colocar, nos postos importantes, gente com quem ele podia contar, gente com mais compromisso, gente com outra visão; e essa coisa não era fácil, pois são profissionais de carreira que estão lá, independentemente de nossa vontade. Mas o fato concreto é que conseguimos apoio de um grupo muito grande do Itamaraty.

Logo surgiu a ideia da reunião de Cuzco (Peru, dezembro de 2004), da gente criar a Unasul. Também não foi fácil, porque tinha na América do Sul algo que eu prezava muito, a conquista da confiança. Em toda a América do Sul, a doutrina militar era a de que o Brasil era o inimigo. Então, era preciso fazer de tudo para não deixar o Brasil tomar conta do continente. Obviamente, essa era uma doutrina dos EUA.

O Hugo Chávez, quando era professor da academia militar na Venezuela, cansou de fazer palestras contra o Brasil, de que era preciso tomar cuidado com o Brasil. Isso, no México, existe até hoje. Quando você vai fazer reunião com o empresariado mexicano, eles têm um baita medo da relação com os empresários brasileiros, mas não têm nenhum medo dos caras que são os algozes deles. Só pode ter uma explicação: uma postura cultural, que vem de séculos.

A gente conseguiu terminar definitivamente com a Alca, em uma reunião importante em Mar del Plata (Argentina, novembro de 2005), onde até o Bush estava presente. Foi a reunião em que consolidou minha relação com o presidente Néstor Kirchner, porque ele tinha uma

certa desconfiança do comportamento do Brasil. O discurso que fiz lá, motivou que Kirchner parasse de ter qualquer desconfiança em relação ao Brasil, definitivamente.

Fortalecemos o Mercosul. Era muito difícil porque em um país pequeno como o Uruguai, o Tabaré Vázquez estava sempre se queixando e dizia: “Eu vou votar para negociar com os americanos, porque não ganho nada...”. No Paraguai, a mesma coisa. Eu achava que o Brasil deveria criar, para ganhar a confiança desses países, uma política externa não hegemônica, ou seja, o Brasil devia tentar criar as condições para a construção de parcerias. E isso passou a ser o meu discurso, do Celso Amorim, do Marco Aurélio Garcia.

Toda vez que a gente falava, colocava alguma coisa contra a hegemonia e a favor da política de parcerias: o que queremos é construir parcerias, o que queremos é trabalhar juntos. E a gente repetia um refrão: a boa política comercial e a boa política externa é aquela de duas mãos. Todo mundo ganha, ninguém leva vantagem sobre o outro, o comércio justo, equilibrado.

É preciso que a gente olhe a balança de um país, a balança de outro; é preciso que a gente discuta a relação não apenas do ponto de vista econômico, ainda que o econômico seja importante, mas é preciso que a gente discuta do ponto de vista social. Por isso criamos o Fórum Social, para participar da reunião do Mercosul, da reunião da Unasul, porque também não é todo presidente que tem o hábito de conversar com os sindicalistas e com os movimentos sociais. Mesmo nos setores progressistas, há um certo distanciamento, um afastamento, uma distância.

Quando discutimos em Cuzco a criação da Comunidade, a sigla era CASA. Essa foi uma divergência entre nós e Chávez durante muito tempo. Até que um dia, falei para o Celso: a gente não vai ficar brigando por causa dessa sigla, não.

Hugo Chávez era muito engraçado, quando ele criou a TeleSUR (julho de 2005), não fazia mais reuniões para nós que estávamos lá. Tínhamos de cinco a dez minutos para falar. E quando chegava a vez do nosso amigo Chávez, ele mandava entrar a câmera e não dava a mínima para quem estava na reunião. Ele falava dez, 15, 20 minutos para o programa interno deles e esquecia de quem estava na reunião. Sou agradecido ao trabalho do Celso Amorim, dos companheiros do Itamaraty, daqueles que comungaram com a gente, ao trabalho que o Marco Aurélio fez. Acredito que foi acertada a nossa decisão de fazer com que o Brasil virasse protagonista na política internacional.

Não apenas resolvemos fortalecer o Mercosul, como fizemos. A gente saiu de 17 ou 20 bilhões para 49 bilhões na relação com a Argentina. A gente saiu de 40 bilhões para 89 bilhões com o Mercosul. Era uma coisa poderosa. Era igual com os EUA. Quando você vê as pessoas criticando nosso comércio com nossos países, podemos perceber que o comércio com os países médios daqui é maior do que com a Inglaterra, maior do que com a Itália.

Apesar disso, eles querem nos vender produtos industrializados e fazem toda política no sentido de que o acordo comercial privilegie a eles e não a gente. É por isso que sempre concordei com a Argentina, quando falava:

“Eu não posso aceitar, porque preciso me industrializar. Se aceitar o acordo que a União Europeia propõe, nunca mais vou ter indústria”. Essa era uma briga que ainda não terminou e vai demorar para terminar... a não ser que você volte a ter o complexo de vira-lata mandando na política internacional.

Foi acertado o fortalecimento do Mercosul, foi acertada a construção da Unasul, foi acertada a construção do Conselho Sul-Americano de Defesa. Propus esse Conselho quando Hugo Chávez estava comprando muitas armas da Rússia, quando os EUA colocaram a 4ª Frota por conta do Pré-Sal. Então, chamei o Celso para propormos um Conselho de Defesa para juntar esses militares e conversar, antes que Chávez criasse uma confusão qualquer aí... E foi uma maravilha. Até hoje, funciona corretamente bem.

Propus a criação de um Conselho de Defesa contra o Narcotráfico, para acabar com a ideia de que combater o narcotráfico era militar. Era muito mais social. Ou seja, quando a gente quer acabar com a cocaína na Bolívia, tem que dar uma alternativa econômica para aquele povo, respeitando o povo. Não é achando que colocar gente armada até o teto, combaterá isso.

Depois, demos outro passo importante, a aproximação com os países árabes. Tomamos a decisão de que poderíamos interferir corretamente na política árabe, falando com seis ou sete países árabes. E depois fizemos um encontro América do Sul/Países Árabes. Foi um problema sério, pois os americanos acharam que era um encontro contra Israel. A gente nunca quis fazer nada contra Israel.

A gente queria fazer alguma coisa para uma nova relação, um novo agrupamento.

Depois fizemos a reunião África/América do Sul. Depois veio a Índia e a África do Sul – o IBAS – e depois veio o BRICS. E aí, o que percebi? Que não era apenas o Brasil que não tinha o hábito de fazer uma política mais ampla. Todo mundo estava habituado a fazer uma política muito subordinada aos EUA.

Então, você conquistar confiança, mostrar que não queria ser melhor do que ninguém, fazer com que as pessoas tenham confiança, é um trabalho gigantesco, e esse trabalho deu resultado.

Visitei todos os países da América Latina e do Caribe, visitei não sei quantos países da África. Nós temos hoje a OMC a salvo por conta dessas coisas. Conseguimos trazer as Olimpíadas e a Copa do Mundo por conta dessas coisas. Porque o Brasil passou a ser uma espécie de protagonista efetivo. O Brasil passou a ser respeitado, a ser levado em conta. O Celso Amorim, posso falar isso sem medo de errar, chegou no auge da carreira dele e passou a ser considerado o mais importante chanceler em atividade no mundo, naquele período.

Nem sempre as pessoas gostavam... Eu me lembro da COP 15, em Copenhague (dezembro de 2009). Chegamos lá e estava tudo preparado para golpear a China. Quando chegamos, encontramos a Europa toda querendo o apoio dos americanos para não assinar mais o Protocolo de Kioto. Os americanos preparados para não assinar nada que atrapalhasse seu desenvolvimento e a lógica era culpar

a China. Aí, quem era o algoz? Quem era o carrasco? Era o Lula, era o Brasil.

A gente tinha feito uma grande proposta sobre meio ambiente, prometemos diminuir o desmatamento até 2020, fizemos uma lei, assumimos compromisso. Então, para minha surpresa, quando chego em Copenhague, Angela Merkel pede uma reunião particular comigo, Sarkozy pede uma reunião comigo, Gordon Brown pede reunião particular comigo, aí a Itália pede uma reunião particular comigo, o Obama me liga para me convencer de um fundo verde que eles estavam propondo, que seria igual ao FMI, mas tudo isso para que terminássemos a reunião dizendo que os chineses eram os grandes destruidores do mundo.

Aí inventamos o discurso de que os chineses estavam poluindo muito, mas quem é que tem a dívida histórica da poluição? São vocês! Então, perguntamos se nessa discussão vai entrar a dívida histórica da Inglaterra que tem industrialização há 200 anos, os EUA que deve tantos anos, a França... Não é culpar os chineses, agora, não. E a poluição anterior, quem vai pagar?

Aí criou-se um fuzuê. Não teve acordo. Lembro de Sarkozy chegando com um aparato de comunicação, que parecia estar concorrendo a Miss Mundo, achando que o Brasil concordaria com eles. Nós não concordamos. Fizemos uma reunião só nós, eram mais ou menos cinco horas da tarde, a gente queria ir embora, mas eu falei: Celso, a gente não pode ir embora e carregar nas costas a culpa de não ter decisão. Por culpa do Brasil. Vamos convocar a

China, a Índia e a África do Sul para termos uma discussão entre nós. Aí, fizemos a reunião. Foi nesta reunião em que Barack Obama quis entrar e os chineses não queriam deixar. A Hillary Clinton não conseguiu entrar e os chineses ofenderam Obama com palavrões. Até o vice-presidente da China não permitiu que a tradutora fizesse a tradução, do jeito que ela levantou com dedo em riste para cima do Obama. Foram uns dez minutos de pauleira em cima do Obama. Ele falava assim para mim: Acho que ele está me ofendendo, hein? Acho que ele está me ofendendo...”

Penso que foi a primeira vez que o Brasil virou protagonista em política internacional. O Brasil era respeitado no mundo, não por ser subserviente, mas por ter uma política ativa, clara. O Brasil tomava posição, marcava posição. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), não tenho dúvida nenhuma em dizer que o Brasil era respeitado por conta de nossas posições. Não era por ficar agradando o Pascal Lamy (diretor-geral da OMC), não. Mas era pela posição clara de que com isso não concordamos, isso não fazemos, isso não aceitamos.

Depois, os BRICS nos ajudaram muito, ou seja, o bloco deu ao Brasil uma retaguarda impressionante. O Brasil se tornou tão importante que passou a ser chamado para participar de todas as reuniões do G8. A única que não participamos foi uma ocorrida nos EUA, porque George W. Bush não nos convidou. Depois, fomos para todas.

Tenho orgulho do que definimos sobre manter uma relação exemplar com a África. O Brasil tem uma dívida

histórica com a África que a gente não consegue pagar, que não pode ser mensurada em dinheiro, o Brasil não tem dinheiro para fazer o que a China faz. O Brasil tem o quê? O Brasil tem que fazer uma política mais solidária com a África. O Brasil tem que fazer aquilo que pode ajudar: transferência de tecnologia. Levamos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para lá, levamos a fábrica de antirretroviral para Moçambique, fizemos o Universidade Aberta, um monte de coisas. São pequenos projetos que eles adoravam.

Era um jeito diferente de cooperação e, no final, todos falavam do Brasil com respeito profundo. Aliás, eu era considerado por muitos deles como o primeiro presidente negro do Brasil. E eu tinha uma ideia de que o Brasil deveria, efetivamente, ser o país detentor de uma relação privilegiada com os países que fazem fronteira com o Atlântico.

Não tinha por que o Brasil não ter uma relação privilegiada e ajudar aqueles países a se desenvolverem, levando tecnologia, levando indústria naval. Era uma coisa que estava na cara do Brasil e o país não podia deixar que outros realizassem isso. A ideia de levar o Universidade Aberta para lá, criar uma relação cultural mais sólida, levar mais artistas; e eles adoravam, mas não apenas aos países de língua portuguesa.

Lamentavelmente, isso depois acabou ou diminuiu muito. Eu fazia isso porque acreditava que nós tínhamos que criar outro polo de discussão política no mundo, que a gente não podia ficar subordinado à hegemonia americana. Quando fomos para Israel, uma das brigas de Barack

Obama conosco foi porque eu disse no parlamento de Israel que enquanto os americanos fossem considerados o país encarregado pela paz, não vai ter paz, pois é um país que ficava reforçando conflitos. Onde já se viu um país que cria conflito, que gosta do conflito, negociar a paz?

Eu perguntava: Cadê a Síria, que tem peso? Os palestinos? Cadê o Chade? Cadê o Catar, que é amigo do Obama, mas que financia armas para o Hezbollah? Cadê as organizações da sociedade civil de Israel que não são chamadas a participar? Então, você não tem os inimigos participando, só os governos. Então, não dá certo. Não vai ter paz nunca, porque eles não querem.

Depois, nossa ida ao Irã. Acho que foi uma coisa exitosa, feita com muito profissionalismo. Lamentavelmente, a única explicação que tenho para o acordo não ter sido aceito – um acordo feito pelo Brasil – foi porque não queriam permitir que o Brasil fosse visto como protagonista da política internacional. Acho que eles pensavam: “Menino, vocês são pequenos, são novos... como tem diplomatas brasileiros que dizem que o Brasil não tem *expertise* para tanto, não deveria se meter nisso”.

Acho que foi uma decisão acertada, um momento extraordinário, um momento de êxtase em grande parte do Itamaraty, porque pela primeira vez tinha jovem se formando e pedindo para ir à África, querendo trabalhar lá. Hoje, isso acabou. Hoje estão pedindo pelo amor de Deus para que as pessoas fiquem, porque ninguém quer permanecer. Daqui a pouco, não vai ter mais gente daqui trabalhando por lá, voltará à estaca zero.

Abrimos 34 embaixadas na África. Qualquer governo progressista que o Brasil venha a ter, precisa levar em conta uma política sul-sul forte e juntar os iguais, porque a gente dizia sempre: separados somos muito mais fracos. Se a gente não discutir todo nosso potencial, discutir o que o Brasil pode comprar da Argentina e vender, como é que os sindicatos podem conversar, como os artistas podem conversar, como é que as universidades podem conversar. Porque, sabe, ainda existe um preconceito forte.

Quando aprovamos o programa Ciência sem Fronteiras e mandamos pessoas para o mundo inteiro, não mandamos para a América Latina, não mandamos para a África. Por que não mandamos? Porque embora digamos não ter preconceito, no subconsciente de quem tomou a decisão, passa isso: O que a gente vai aprender na África? O que vamos aprender na América Latina? Quando você tem universidades importantes, na Argentina, no México, Chile, em outros lugares.

Essa política externa foi adotada em um momento muito rico, em que se juntaram alguns presidentes que pensavam a mesma coisa. Eu tinha tomado a decisão de que, quando vencesse as eleições, o primeiro país que visitaria seria a Argentina, e o segundo, o Chile. Fui visitar a Argentina e o Chile, para dar um sinal de que a gente queria fazer uma política de integração forte. E que não era possível um país com quase 16 mil quilômetros de fronteira seca, ficar sonhando além África, além Atlântico, mirando os outros que estão longe. Não tenho nenhum desprezo, não tenho nenhum forte antiamericanismo, nem nada contra a Europa,

mas primeiro vamos trabalhar com quem está perto de nós. E parar com essa concepção errada.

Se os brasileiros fizessem uma análise de quanto custou a guerra do Paraguai (1864-1870) para o Brasil, em dinheiro de hoje, o Brasil se daria conta de que vale muito a pena facilitar que haja investimento no Paraguai e deixá-los se desenvolver. O Paraguai em paz é muito melhor. E a Bolívia também.

Quando decidimos financiar a linha de transmissão de Foz do Iguaçu para Assunção, havia um contraditório na elite brasileira. Nós tínhamos um acordo, Itaipu, que teoricamente era muito bonito. Nós vamos produzir 12 mil megabytes de energia, seis mil do Paraguai e seis mil do Brasil. Agora, o Paraguai não pode vender para ninguém. O Tratado dizia isso. O Paraguai só pode vender para o Brasil, para mais ninguém e o Paraguai pode utilizar quanto ele quiser. Acontece que assim ajudo a atrofiar o desenvolvimento do Paraguai, não tem financiamento, não tem empresário que vai para lá. Eles não conseguiam produzir energia, tinham 6 milhões vendendo prioritariamente para o Brasil. Uma vez perguntei numa reunião ao pessoal do nosso governo: me digam uma coisa, nós temos uma reserva energética equivalente à quantia que o Paraguai tem direito? Se nós não temos, estamos enganando o Paraguai. Porque se é deles, temos que ter uma reserva. E aí é que percebi que ninguém queria. O pessoal da Fazenda não queria, nenhum diplomata queria. Foi quase na marra que nós aprovamos. E decidimos isso com orgulho

e com prazer, levar 500 mil megabytes para que os companheiros do Paraguai tivessem energia em Assunção.

O Brasil passou dois anos para importar uma garrafa d'água do Uruguai. Dois anos! Porque quando mandavam para cá, chegava na fronteira, um qualquer da alfândega dizia: Aqui tem não sei o quê de gás e não pode entrar. Como é que a gente quer ter uma relação de confiança se a gente não respeita as pessoas?

Tive que usar a palavra generosa, mas acho que a palavra era equivocada. Eu achava que o Brasil tinha que ter uma posição generosa. Quando a gente começou a recuperar a indústria naval daqui, eu dizia para quem quisesse ouvir: Nós precisamos fazer uma parte dos estaleiros aqui e outra parte na Argentina. A Embraer tem que ter alguma coisa em comum com a Argentina, que já teve indústria da aviação. Por que a gente não desenvolve o nosso continente de forma mais igualitária, mais justa? Por que a gente só quer vender alimento para a Venezuela e não vai lá ensinar? Por exemplo, mandar a Embrapa para lá. E levamos a Embrapa para lá. Vários países poderiam ter um gado de qualidade. Na Venezuela fomos ensinar a plantar soja, milho, criar frango, o mínimo que o país podia fazer.

Eu me lembro de visitar o avião russo que Hugo Chávez comprou por 8 bilhões de dólares, estavam lá os engenheiros russos montando a aeronave. Eu disse: Chávez, a arma mais importante, que dá segurança num país, chama-se alimentação. Você tem que ter um programa de segurança alimentar. Você tem que ter uma reserva. Eu acho que esse conceito a gente procurou trabalhar.

Acredito que passamos a ser merecedores de confiança. Em um ano e meio, Ricardo Lagos veio a uma reunião em Brasília, reconheceu e pediu desculpas porque tinha medo da minha eleição. E ele não queria nada do Chile com o Brasil. Depois percebeu que o que estávamos fazendo era uma política correta e, então, se aproximou.

Sempre achei que o Brasil, pelo seu tamanho, por ser o país mais industrializado, tinha que compreender a Argentina. Aquele país, na década de 1930, era a quinta economia do mundo e o Brasil, um mero exportador de café. De repente, o Brasil vira um país com grande potencial industrial e a Argentina foi destruída em sua identidade. Era normal esse desejo da Argentina voltar a se industrializar e brigar por algumas coisas. Entendo isso perfeitamente, bem como compreendia os outros países. Fiz uma briga para o Brasil importar 30 milhões de bananas do Equador. Porque também o Brasil só quer vender, vender, vender... e eu dizia para os empresários: tem que vender, mas alguém tem que comprar alguma coisa!

Quando deixei a presidência, acredito que o Brasil tinha uma credibilidade grande em nível internacional. Depois veio o governo da companheira Dilma. A ideia dela era a mesma, dar continuidade à política africana, dar prioridade à América do Sul. Acontece que você não faz política só dizendo que vai fazer. Acredito que política é uma coisa que acontece por e-mail, por telefone, mas se você não estiver de corpo presente, ela não acontece. Eu costumava levar empresários nas reuniões onde ia. Porque quando você estabelece um acordo comercial, o governo

assina a intenção política, quem tem que fazer a coisa acontecer é quem tem interesse. Então, é o empresário indiano que tem que vir ao Brasil. É o empresariado brasileiro que tem que ir para a Índia. Não tem que ficar por conta da diplomacia. Se ficar por conta dela, vai acumulando e não acontece nada, a não ser um acordo de intenções.

Se um dia voltar ao governo, acredito que o PT tem que fazer dessa política quase uma profissão de fé. Não precisa brigar com os EUA, não precisa brigar com a Europa, mas temos que ter claro que queremos andar de cabeça erguida e acho que isso é uma algo muito forte.

As mudanças estão acontecendo desde a crise de 2008, na quebra do Lehman Brothers. Tive o privilégio histórico de participar de todas as reuniões do G20, até 2010. O Brasil era muito levado em conta nestas reuniões. Sempre cito como documento importante o acordo que fizemos em Londres (foi a melhor reunião do G20), em que definimos algumas coisas importantes: priorizar o trabalho, o emprego; priorizar a questão do meio ambiente; priorizar o comércio exterior, para não permitir que cada país se voltasse a uma política protecionista e não levasse em conta a necessidade de ampliação do comércio. Foi a melhor decisão que tomamos em todas as reuniões do G20. O coordenador era o Gordon Brown (primeiro-ministro do Reino Unido). Ele perguntava para a gente quase tudo o que desejava fazer. Foi aquela reunião em que Barack Obama disse que “eu era o cara”. A primeira em que o presidente dos EUA participou, aliás. Foi uma bela reunião, onde conseguimos aprovar o aumento da participação do

Terceiro Mundo, dos países do Sul no FMI, aprovamos mudança também no Banco Mundial.

E não aconteceu. Não aconteceu porque o Congresso americano nem votou ainda. Então, piorou. Desde lá, vem piorando. Ou seja, na hora em que cada país foi resolver o seu problema interno, o G20 deixava de ter importância. Sua importância foi diminuindo. A gente fazia reunião dos economistas, dos ministros da Fazenda, dos ministros do Comércio Exterior, das Relações Exteriores, dos presidentes da República. Eram reuniões atrás de reuniões, e todas elas muito importantes. E todos os presidentes iam. E agora acabou, virou uma coisa, vem piorando.

Com a queda do comércio, os países de menor crescimento também caíram, empobreceram, e a direita foi ganhando espaço. Aliás, tem um problema da esquerda na Europa, né? A esquerda não sabe tratar do problema da migração. Ela tem tanta dificuldade na questão da migração, como nós temos de tratar a questão da corrupção. A direita tem um discurso muito fácil, como agora com o Trump: “Eu quero ser presidente para gerar emprego para os americanos. São os americanos que estão perdendo os empregos”. Na Europa é a mesma coisa: “Eu quero crescer para garantir o emprego do povo alemão, do povo não sei das quantas”, e a esquerda fica sem saber o que fazer.

Estamos voltando a ter a ascensão da direita, a ter um elemento que tinha diminuído durante o período da globalização, o papel do Estado nacional; e cada país, embora faça um discurso aberto, está voltado para si, cuidando da sua economia e do eleitor, do seu voto. Então, a política

externa está mais complicada, além do que, no caso da América Latina, nós tivemos uma direitização em países muito importantes, ou seja, a derrota na Argentina, o golpe dado aqui no Brasil, a vitória de um grande empresário no Paraguai, a vitória da direita no Peru.

A única boa surpresa foi o (Juan Manuel) Santos, na Colômbia. Eu me lembro de reuniões que tivemos com ele, na época em que era o ministro de Defesa do Uribe; era um cara violento, que atacava a fronteira. E o Chávez dizia que quando o Santos entrasse, seria uma coisa violenta. O Santos entrou e foi o melhor que podia acontecer na relação Colômbia e Venezuela.

Estamos agora em retrocesso. Retrocesso na relação Brasil-África – porque essa gente que está aí, não gosta da África –, temos um retrocesso na América do Sul e América Latina – porque essa gente que está aí não enxerga e não gosta de ter relação com pobre, relação com quem eles consideram países e seres inferiores.

Vamos viver um período em que o país atuará como se fosse, outra vez, a república do complexo de vira-lata. Tem gente para quem só a oportunidade de ir a Washington falar inglês, já vale tudo. Não quer conquistar nada. Se houver um sorriso do presidente americano é o máximo, se o cara falar para sentar dez cadeiras perto, é a glória e passa para a biografia dele – “Sentei perto de não sei quem, o Obama me olhou, sorriu para mim, a Hillary”.

As pessoas gostam de quem se respeita. As pessoas não gostam de quem é vira-lata, puxa-saco, de quem é meloso na relação. Nós voltamos aos tempos do Brasil pequeno,

do Brasil inferior, do Brasil não poder participar das grandes coisas, do Brasil acatar o que os grandes falam, do Brasil não dar muito palpite, pois não é da conta do Brasil. Nós voltamos a esse tempo.

Tinha gente que não queria que o Brasil fosse da OMC porque o país não tem tamanho para aquilo. Reivindicamos participar da ONU e acredito que chegamos muito próximo... Se o Brasil não tivesse proposto o G4, certamente o Brasil entraria, pois havia quase unanimidade a favor da nossa entrada. Mas, quando propusemos o G4 o pessoal se afastou e começou com o discurso de “primeiro vamos aprovar, fazer a reforma para depois ver quem participa”.

O Brasil, se fosse do Conselho de Segurança da ONU, não iria ser só o Brasil. Seria a América Latina. Montaríamos um mini-fórum onde seriam discutidas as grandes decisões a ser levadas ao Conselho, não como posição do Brasil, mas como posição da América Latina. Agora está mais difícil. Está difícil economicamente, do ponto de vista do emprego e da segurança dos países, ideologicamente a direita ganhou espaço, e nós vamos ter que nos preparar. Preparar o discurso e começar a disputar outra vez.

Pode ser que a gente volte daqui a dois anos, a esquerda pode ganhar de novo as eleições aqui, acredito que a Europa pode melhorar um pouco, que a esquerda pode ganhar espaço lá, mas não acho que será fácil. Pode ter um espaço para a esquerda, se ela tiver um comportamento diferente. A gente não pode jogar o poder fora. Como disse um amigo meu, que estava lendo um livro sobre o poder,

o poder tem que ser cuidado.

O futuro da política externa brasileira está complicado. Com o golpe dado aqui, com o José Serra, é para não ter política externa. Essa que fizeram com a Venezuela agora, tirar o país do Mercosul... até do ponto de vista das relações econômicas é uma grosseria brasileira, mas é para mostrar serviço aos americanos e europeus.

Tenho orgulho do que foi feito e acho que voltaria a fazer tudo outra vez, com mais perfeição, sabendo que o Brasil não pode fazer tudo. Eu me lembro que quando tomei posse em 2003, o presidente do Senegal me telefonou, porque sofreriam uma praga de gafanhotos uns dias depois. Ele me telefonou pedindo um aviãozinho Ipanema, aquele de jogar veneno. Pensei que fosse baba e disse: Tá dado. Sabe quanto tempo demorou? Seis meses! Até passar pelo Congresso, por comissões... Quando o aviãozinho chegou lá, o gafanhoto já tinha passado e comido tudo. Ficou para a próxima safra.

O Brasil ainda pensa pequeno sua relação internacional com o mundo. A nossa agência de cooperação não é nada. Ela, na realidade, é um troco de tudo aquilo que o país não conseguiu fazer. Às vezes, o projeto é de 100 mil dólares, de 50 mil dólares, um projeto de 20 mil dólares. Não é nada. E mesmo assim, muitas vezes o Brasil não consegue cumprir.

O Brasil era tão mixuruco que quando fui fazer meu primeiro discurso, no dia 23 de setembro de 2003 na ONU, o país estava devendo para a organização, para a FAO. Creio que o Brasil estava devendo para todas as instituições inter-

nacionais. Eu falava ao Celso Amorim: “E se eu estiver falando e o Kofi Annan disser ‘ô baixinho, tá falando grosso, paga primeiro o que nos deve, antes de continuar falando’”? Eu voltei ao Brasil e falei ao Paulo Bernardo e ao Antonio Palocci: a gente vai ter que pagar, pois não quero dever um centavo. Quero entrar nas instituições de cabeça erguida. Vira e mexe tem reunião na FAO e eu ouvia que o Brasil estava devendo... Sabe, um país do tamanho do Brasil?

Acredito que vamos ter um momento muito difícil. Inclusive porque o Brasil está com a imagem muito ruim. Durante o nosso governo, ficou sendo motivo de orgulho utilizar passaporte brasileiro.

O que a sociedade brasileira, o militante de esquerda, os estudantes podem ganhar com a política externa? Acredito que, para o militante de esquerda, para um jovem estudante, mesmo que não seja militante de esquerda, mas que sonha com um mundo mais democrático, mais solidário, mais humano, não tem nada mais importante do que uma política externa ativa e altiva. Ou seja, você poder transitar livremente pelo mundo, ter liberdade de fazer curso no exterior, ter mais facilidade de fazer intercâmbio com o país que quiser, ter uma relação de mais igualdade nas relações comerciais.

É um assunto a ser discutido, se essa troca está sendo feita corretamente, se a base está sendo feita da forma justa, se o mundo continuará com os americanos tendo a força da moeda; porque quando os EUA acabaram com a paridade do ouro e colocaram o dólar, isso não foi discutido em lugar nenhum. Quando os EUA tomam uma

atitude para resolver seu problema fiscal, não manifestam nenhuma preocupação com o que acontecerá na Nicarágua, no Brasil, em São Tomé e Príncipe ou na Nigéria. Tomam a atitude deles e acabou. Então, é preciso que a gente tenha uma moeda de troca, uma moeda que possa colocar os países com mais segurança, porque senão a gente fica muito vulnerável. Quando estava na presidência, via o temor que tinha na Fazenda cada vez que o cara do FED (o banco central dos EUA) fazia um pronunciamento sobre juros: “Ele vai aumentar de 0,1 para 0,2”! O Brasil treme.

Quando vejo o pessoal discutindo política cambial, fico achando sempre muita graça. É tão fácil ver eles falarem... Eu fiz milhares de reuniões sobre política cambial, com quem você possa imaginar. O câmbio brasileiro só oscilava quando o presidente do FED tomava uma decisão.

Nossa esquerda tem que saber que é muito importante uma política externa que garanta muita abertura, que garanta participação da sociedade, como aquilo que aconteceu no Mercosul, onde o movimento sindical participava muito ativamente com a gente. Com propostas do movimento sindical e do movimento social. Uma coisa que não tem na Europa. No G20, quem convocava sindicalista para levar propostas era eu, porque eles não tinham referência. Você cria uma instituição dessas e não tem nenhuma organização do movimento social participando. Quanto mais democrática for a relação da política externa, quanto mais abertura você der aos seus parceiros, aos seus vizinhos, quanto melhor você tratar os seus iguais, melhor será para o Brasil. E uma sociedade sem preconceito, por-

que o que eu via a diplomacia brasileira contar de piada contra a Argentina, o desprezo pela Bolívia... tinha gente que não gostava mesmo, tinha gente que achava que eu tinha que ser duro com o Evo Morales. Duro.

Se um dia o PT voltar ao governo, nós temos que deixar claro para todo mundo que a política tem que ser da nossa para uma ainda mais agressiva em relação a alguns países. É política de solidariedade. O Brasil não pode repetir o erro da colonização. Nem pode repetir o que os chineses estão fazendo agora. O Brasil não pode ir para o Senegal, para Guiné-Bissau pensando em ganhar dinheiro. O Brasil tem que ir para ajudar os países a crescerem. Quanto mais crescerem, mais o Brasil pode ganhar junto com eles. Sou amplamente favorável a uma política muito forte com o Sul. Nós temos que pensar, daqui para frente, num acordo estratégico com os chineses, precisamos de um acordo estratégico com a Rússia. Aliás, um acordo estratégico entre os BRICS. Ou seja, temos que definir. Somos a metade da humanidade, metade do PIB. Por que a gente não age com a força que a gente representa?

Lógico que ainda falta criar condições, porque é mais fácil falar do que fazer. É preciso saber se todos querem também, mas acho que não tem volta para o Brasil. O país não pode voltar a ser um paizinho que não tenha relação com seus vizinhos, que não tenha relação com a África, que seja subordinado ao que quer o governo americano, ao que quer a elite brasileira.

É um confronto ideológico, um confronto político e econômico que a gente tem que defender. Tenho orgulho

de defender o que fiz, em qualquer debate, em qualquer lugar e dizer que tem que fazer mais. Sabe? Fazer mais.

Eu tenho inveja sabe de quem? De Cuba. Tenho inveja porque em cada lugar do mundo em que você chega, nem que seja com uma sedezinha pequena, os cubanos estão lá. Os cubanos estão lá e são muito bem formados!

Acredito que se não houver, como diz meu amigo Tarso Genro, uma concertação para resolver o problema da relação entre os países, o problema do desenvolvimento dos países, o aumento da concentração da riqueza – com mais dinheiro na mão de menos gente – e a confusão que está tendo, do povo procurando sobrevivência, vamos ter problemas sociais de alta profundidade.

Para salvar o sistema financeiro foram utilizados 14 trilhões de dólares e não resolveu, pelo contrário, o Deutsche Bank está para afundar. Só na guerra do Iraque (20 de março de 2003 a 18 de dezembro de 2011), desde que acabou foram gastos mais de 4 trilhões de dólares, quando grande parte desse dinheiro poderia ser colocado para investimento em países em desenvolvimento, até porque isso faria com que os países mais ricos (e de alta tecnologia) pudessem exportar, levar máquinas mais modernas.

O que está resultando depois do que fizeram com a Líbia, o que está resultando da guerra do Iraque, da guerra da Síria, a quantidade de mercenários armados, percorrendo o mundo? Quem está financiando isso tudo? Compram armas de quem? Onde compram os tanques? As bombas? Essa gente, quando terminar a guerra, vai ficar solta por aí, armada. E quem cuidará disso? O Conselho de Segurança

da ONU? Não tem legitimidade, hoje. Um Conselho que teve moral de construir o Estado de Israel, hoje não tem coragem para garantir a demarcação de terras para os palestinos! Não tem coragem. Quando a demarcação de terra para os palestinos poderia resolver metade dos problemas! Não tem coragem. Então, prevejo o aumento da violência.

Como sou um pacifista ferrenho, não quero acreditar na possibilidade de uma terceira guerra, nas proporções do que imagino ser uma guerra hoje, pois seria um atestado de insanidade mental da elite governante, das elites que governam seus países.

A minha experiência demonstra que nós nunca estivemos tão frágeis em liderança no mundo, como estamos hoje. Quando falo que temos uma crise de liderança, falo porque nunca vi a Europa tão fragilizada. Nos EUA, o Departamento de Estado é cada vez mais forte, a CIA cada vez mais forte, enquanto o governo é cada vez mais fraco. Um país que não tem liderança, não tem ninguém de envergadura, não tem ninguém para falar. Está como no Brasil.

Você já viu em algum momento na história do Brasil as instituições tão falidas como hoje? Você não tem Congresso respeitado, Senado, Câmara, STJ, procuradorias, STF. Um descrédito generalizado. Esse país, na verdade, está sendo governado por uma composição entre a Rede Globo de TV e a Operação Lava Jato.

Desse cara eleito nos EUA recentemente, pode se esperar o quê? Se fosse uma figura com história política... É como quando Collor de Mello foi eleito presidente da República no Brasil, me lembro que pensei: só tinha que dar no que

deu. É como Jânio Quadros. Deu no que deu.

Sabe qual é a figura mais importante da Europa? Angela Merkel. Obviamente temos que respeitar, porque é a primeira ministra da Alemanha, mas converse com ela para você ver. Não tem jeito. É o aparelho de Estado. Fazer política no mundo foi terceirizado. Na Europa é comissão A, B, C... Os primeiros ministros só entram para tirar fotografia. Não apitam nada. Barack Obama foi muito aquém daquilo que os EUA podiam. Ele foi um belíssimo orador. Construía peças exuberantes de discursos, mas e o dia seguinte? Não acontecia nada. Vamos ver o que acontecerá com Cuba, agora. Ele poderia ter feito as coisas no governo dele. Fazer protocolo de intenção não indica nada.

Eu estou preocupado. Se o Brasil tiver um governo de esquerda, é fácil a gente retomar essas coisas com outros países da América Latina, mas se prevalecer essa podridão que temos hoje, essa cabeça conservadora, mais a Argentina, mais o Tabaré assinando a saída da Venezuela do Mercosul, quem esperava isso?

Tenho o prazer de ter vivido um momento de ouro da política externa brasileira. Devo isso a muita gente. Veja uma coisa engraçada. Em um dado momento, a gente não estava bem, mas a área mais aprovada era a política externa. Foi uma coisa muito poderosa, a nossa política externa.

Dilma Rousseff

13 DE FEVEREIRO DE 2017

As finanças concentram, em todo o mundo, uma parcela extraordinária de poder econômico e político. Ao longo da história do capitalismo, as finanças, os bancos e o crédito assumiram a função de catalizadores, impulsionando as atividades produtivas.

A partir do neoliberalismo, ocorre uma modificação na própria dinâmica do sistema capitalista, pela qual a financeirização se transforma de impulsionadora da economia produtiva em um “vento contrário”, um verdadeiro entrave.

O sistema capitalista neoliberal está doente e a doença tem um nome, financeirização¹. Os sintomas são: crescimento mais lento que a média histórica anterior; fantástica concentração de riqueza e desigualdade de renda; trabalho precário e salários estagnados; grande fragilidade do mer-

1. FOROOHAR, Rana. *Makers and Takers: The Rise of Finance and the Fall of American Business*. Crown Publishing Group, 2016.

cado, frequentemente, sujeito a bolhas especulativas; barreiras ao acesso da grande maioria da população ao básico da melhoria de vida, como casa, educação e aposentadoria, mesmo nos países desenvolvidos.

Em relação ao conjunto da economia, a financeirização se traduz em um hiper crescimento no tamanho e no escopo das atividades financeiras, instaurando o primado da especulação, alimentada pela expansão do crédito, em detrimento do empréstimo produtivo para a indústria, agricultura, serviços e infraestrutura.

Nos EUA, dos 100% dos recursos financeiros existentes, 15% vão para atividades produtivas, de infraestrutura, comércio e serviços. A maior parte, os 85% restantes, vão para atividades financeiras². Esses recursos buscam sua valorização na forma de ações, títulos, moedas. Usam, por exemplo, a compra e recompra de ações e a ampliação sem freio da securitização.

Assim, aumentando rapidamente os lucros, asseguraram a distribuição de polpidos dividendos e valorizam as ações dos altos funcionários, que as receberam como parte do salário. Tais processos, aliás, são responsáveis pelo enriquecimento dos acionistas e dos altos escalões dos bancos e das empresas.

A lógica da financeirização impõe, portanto, a rentabilidade imediata como o principal objetivo da governança corporativa e o curto prazo como o horizonte econômico relevante.

2. Idem.

A financeirização contamina as empresas não financeiras que, por sua vez, passam também a agir como bancos. As empresas passaram a ganhar mais, simplesmente movimentando o dinheiro. Nos EUA, centro da financeirização, o cálculo é que se obtém até cinco vezes mais recursos oriundos de atividades puramente financeiras – *trading*, *hedging*, engenharia financeira que evita o pagamento de impostos e venda de serviços financeiros – do que devido a atividades produtivas. Todos, agora, são bancos. Todos têm de ser bancos.

Essa roda financeira é movida à dívida e a expansão do endividamento não se destina à economia real. Em definitivo, não é para financiar a indústria automobilística, nem uma empresa digital ou um projeto de infraestrutura. O endividamento é para expandir a atividade financeira e garantir as atividades especulativas de curto prazo.

Entre 2005 e 2014³, nos EUA, as 500 empresas que integram o índice S&P, gastaram mais de seis trilhões de dólares elevando o preço das ações, enquanto cortavam investimentos e empregos.

É o reinado do acionista⁴ e, nele, o interesse do investidor em ações é superior a tudo e a todos, aí incluídos, os trabalhadores, os próprios consumidores, os empreendedores e o interesse público. Nele, o fundamentalismo de mercado é dogma, é depositário da razão, não comete

3. Sobre distribuição de caixa para acionistas e questões relacionadas, ver LAZONICK, William e O'SULLIVAN, Mary. "Maximizing shareholder value: A new ideology for corporate governance", *Economy and Society*, 29.jan.2000, p. 13-35.

4. Cf. DAVIS, Gerald F. *Managed by the markets: How finance re-shaped America*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

erros e está sempre certo apesar das crises, das bolhas e da imensa destruição de riqueza. Na verdade, a ideia e os valores do mercado financeiro sobre o que é bom para a economia transformam-se no saber convencional das elites, da mídia e dos negócios. A dominação desse pensamento de curto prazo e de uma cultura que busca o crescimento dos lucros sempre rapidamente, leva ao que alguns denominam de capitalismo trimestral.

Gerald Davis (2009) faz uma síntese adequada ao chamar a financeirização de “revolução copernicana” de acordo com a qual toda a economia e os setores produtivos passam a girar em torno do setor financeiro.

Na verdade, o poder das finanças não decorre apenas do papel preponderante que ocupam na atividade econômica mas, sobretudo, da forte ação política que seus agentes desenvolvem junto às instituições, agências reguladoras e, sobretudo, governos, buscando fazer valer seus interesses. Reivindicam a desregulamentação das finanças em todas as dimensões e se esmeram na elaboração de uma sofisticada engenharia de evasão tributária, para fugir a todo e qualquer controle público. Aí se combina o fomento da cultura de que pagar imposto é maléfico ao crescimento, de que não se deve tributar o capital e seus rendimentos, com as diversas engenharias que buscam a evasão fiscal.

A financeirização coloca, portanto, como objetivo fundamental reduzir de qualquer jeito custos, em especial, o do trabalho. Por isso, terceiriza e torna o trabalho precário. Se deslocalizar empresas reduz custos, então a estratégia é procurar mercados vantajosos e cometer barbaridades

como aconteceu em Bangladesh, onde milhares de pessoas morreram com a queda do Rana Plaza, fábrica de produtos têxteis, terceirizada pela Walmart. Mas a precarização do trabalho passa a ser a regra dentro dos próprios países ricos e lá, também, os salários são aviltados ou ficam estagnados.

Estudos do BIS, do FMI e da OCDE evidenciam que um setor financeiro que cresce rápido prejudica o crescimento real porque o faz em detrimento do crescimento da produtividade do trabalho e também porque compete com a economia real por recursos escassos.

A crise de 2008 revelou ao mundo as consequências destrutivas desse sistema ao produzir perdas catastróficas para milhões de famílias, destruindo um montante imenso de riqueza. Foi seguida pela recuperação mais longa e fraca de todo o pós-guerra, aquela que menos gesta gerando empregos, porque deixou de servir a economia real e serve somente a si mesmo⁵.

O G20, logo após a crise, colocou a regulação do sistema financeiro internacional como ponto central de sua agenda. As medidas tomadas não tiveram nem a dimensão e nem o alcance necessários. As restrições aos paraísos fiscais e a lei Dodd-Frank nos EUA, agora ameaçada de revisão pelo governo Donald Trump, estão entre elas. Isto é grave, porque no auge da crise as grandes instituições financeiras – todas desreguladas e ultra-alavancadas – foram consideradas “muito grandes para falir”, porque seriam um grande risco sistêmico. A situação atual mostra que

5. FOHOORAR, Rana. *Op. cit.*

os riscos permanecem elevados pois, nos EUA, os bancos continuam conduzindo seus negócios diários com 95% de dinheiro emprestado, isto é, com alta alavancagem.

A tríade do neoliberalismo – financeirização, ampliação da desigualdade e corrosão da democracia – busca estar presente em cada país e região do mundo. A grande barreira a essa tríade tem sido o que resta dos estados de bem-estar e a ação de governos populares.

O mais grave efeito da financeirização, sem dúvida, é provocar um aumento extraordinário da desigualdade. Nos EUA, por exemplo, não é segredo que ocorre um espantoso crescimento da desigualdade que, desde a década de 1980, vinha aumentando. A grande recessão tornou as coisas bem piores do que já estavam, porque a recuperação econômica recente tem sido desigual e socialmente mal distribuída.

Naquele país, as famílias da base da pirâmide, 99% de todas as famílias, recuperaram apenas 60% da suas perdas de renda de antes da crise. Enquanto isso, os super-ricos continuam cada vez mais ricos. O 1% das famílias, que estão no topo das rendas mais altas, ganham 40 vezes mais que os 90% das famílias da base da pirâmide. E 0,01% das famílias do topo ganham, na média, estarrascadoras 198 vezes mais do que as 90% de baixo.

Na América Latina, vários governos populares estavam revertendo a secular desigualdade que sempre nos caracterizou e contendo o avanço do neoliberalismo ao desenvolver políticas que compatibilizavam crescimento econômico com inclusão social. Fortaleceram empresas

públicas, construíram redes de proteção social, protegeram suas riquezas naturais. Agora, uma nova onda neoliberal fundada por governos conservadores ou golpistas, ameaça fazer retroceder as conquistas desse último período. Ameaça privatizar, reverter conquistas sociais, implantar o Estado mínimo, reduzir impostos.

Um fator de ampliação acelerada da desigualdade é justamente a forte repulsa que o receituário neoliberal tem em relação a cobrança de impostos e o fato deste tema ter conseguido uma espécie de consenso negativo. Estudos demonstram que a participação dos impostos no bolo econômico cai na grande maioria dos países e que reduzem-se as alíquotas cobradas e a incidência impositiva sobre os ganhos de capital. Instituir o Estado mínimo começa por retirar suas fontes de financiamento, os impostos e isto prejudica principalmente a maioria da população.

Destaco dois efeitos sobre a desigualdade decorrente da redução de tributação. O primeiro consiste em que essa redução é uma ameaça a quem ganha menos, às populações mais vulneráveis, justamente aquelas que mais necessitam da ação do Estado para terem igualdade de oportunidades. Não se assegura a essas populações pobres e marginalizadas acesso à educação, casa e aposentadoria, sem a ação efetiva do Estado e, para isto, é necessário cobrar impostos. Na realidade, a justiça tributária permite a distribuição de renda e riqueza.

O outro efeito tem a ver com o baixo retorno recebido pelas variadas ações e iniciativas do Estado, justamente beneficiando os que usam de artifícios para não serem tri-

butados. Em seu livro *O Estado Empreendedor*⁶, Mariana Mazzucato revela que muitas das mais aclamadas inovações da nossa época decorrem das pesquisas realizadas com recursos públicos e depois transferidas ao setor privado, com baixo ônus. Ela mostra que, nos EUA, as inovações que possibilitaram os *smartphones* – internet, GPS, *touchscreen*, *display* e reconhecimento de voz – foram feitas nos laboratórios de pesquisa do governo e colocados à disposição do setor privado. Segundo ela, muitos ficaram ricos e pouco retorno deram à economia e ao Estado. Em menor ou maior medida, isso pode ser encontrado em todos os países, já que a forma de retribuir seria devolver à sociedade esses ganhos, sob a forma de impostos.

Sem dúvida, a concentração de riqueza no mundo é brutal e o não pagamento de impostos tem sido um dos motivos principais do aumento da desigualdade. A ONG britânica Oxfam, em seu último relatório, afirma que apenas oito bilionários acumulam a mesma quantidade de dinheiro que a metade mais pobre da população do planeta, ou seja, 3,6 bilhões de pessoas. Em que pese toda nossa política de distribuição de renda e riqueza, o mesmo relatório mostra que, no Brasil, os seis homens mais ricos concentram a mesma riqueza que toda a metade mais pobre da população do país, mais de 100 milhões de brasileiros.

O crescimento econômico vem, portanto, sendo muito mais lento durante o período neoliberal – desde 1980 nos EUA e no Reino Unido – que nos anos precedentes,

6. MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

mas não para os muito ricos. A desigualdade de renda e riqueza depois de um declínio de 60 anos, cresceu rapidamente nesse período devido à redução de impostos, ao crescimento das rendas indevidas, às privatizações, ao esmagamento dos sindicatos e das organizações sociais e à desregulamentação.

A privatização dos serviços públicos, como energia, água, saúde, educação, previdência etc, feita com estritos critérios financeiros, produz rendimentos indevidos, tornando-se um empecilho à ampliação de direitos.

Sayer⁷ argumenta que as últimas onze décadas caracterizaram-se por uma transferência de renda não somente dos pobres para os ricos, mas dentro das fileiras dos ricos: daqueles que obtêm seus recursos produzindo novos bens ou serviços e aqueles que ganham dinheiro controlando ativos existentes, colhendo com isso rendas, juros ou ganhos de capital. Os primeiros, em geral, são médios e pequenos empreendedores sem condições de se financeirizar.

Talvez o mais perigoso impacto do neoliberalismo não seja a crise econômica que é por ele causada, mas a crise política. E, isto porque quando o papel do Estado é reduzido, nossa habilidade de alterar o curso de nossas vidas por meio do voto também se contrai. Daí a erosão da democracia e tudo o que daí decorre.

O resultado desse impacto do neoliberalismo sobre a política é, em primeiro lugar, a perda de poder da cidadania, e depois, a cassação de direitos. Se a ideologia

7. AYER, Andrew Sayer. *Why we can't afford the rich?* Bristol: Policy Press, 2015.

dominante impõe ao governo a redução de ganhos e direitos sociais, o governo deixa de poder responder às necessidades dos eleitores. A política torna-se irrelevante para a vida das pessoas; o debate é reduzido à tagarelice ou à pós-verdade de uma elite despreparada. O risco, ou o ovo da serpente surge se os cidadãos desempoderados voltarem-se para uma antipolítica virulenta e de direita, na qual fatos e argumentos são substituídos por slogans, símbolos e salvadores da pátria.

Como mostra Naomi Klein, no livro *A doutrina do choque*⁸, os ideólogos neoliberais advogam o uso das crises para impor políticas impopulares e fazer avançar o neoliberalismo. Muitos conspiradores e governos golpistas, como o atual governo ilegítimo do Brasil, usam as crises como desculpa e oportunidade para cortar impostos, privatizar, construir buracos nas redes de proteção social, desregular empresas e o mercado de trabalho.

De acordo com Klein (2008), essa estratégia de esperar uma grave crise, vender partes do Estado para investidores privados, enquanto os cidadãos ainda se recuperam do choque e depois transformar as “reformas” em mudanças permanentes, foi elaborada pelo pai do neoliberalismo, Milton Friedman. Para ele, a crise criava as condições para que “o politicamente impossível se tornasse o politicamente inevitável”. Ou seja, permitia que aquilo que jamais seria aprovado pela população democraticamente numa eleição se tornasse realidade por meio do choque. Esta é a

8. KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

tática nuclear do capitalismo neoliberal contemporâneo, ou seja, a doutrina profundamente antidemocrática do choque. Infelizmente, é essa doutrina aplicada aqui no Brasil.

Nessas condições, como a democracia pode funcionar?

Nas ditaduras, no nazismo e no fascismo, as medidas de exceção eram gerais e amplas, pois aplicavam-se a toda sociedade e em todas as esferas do direito.

Na democracia, na etapa neoliberal, o choque significa usar medidas de exceção específicas destinadas a grupos específicos. Os aspectos formais são respeitados mas distorcidos, e a justiça se torna política. As medidas de exceção não abrangem todos os direitos e não se aplicam a todas as pessoas. Elegem um inimigo, ou seja, destinam-se a um alvo específico. Há vários exemplos, como criminalizar opositores, movimentos sociais, etnias, religiões ou imigrantes.

No Brasil, o golpe parlamentar, por meio de um *impeachment* fraudulento, sem crime de responsabilidade, teve por objetivo fundamental restaurar o neoliberalismo interrompido pelo governo Lula, em 2003. Esse golpe quer tirar o Brasil da rota do crescimento com distribuição de renda. O objetivo está cada vez mais claro. Dar curso ao processo de desmonte social e econômico, reduzir o Estado ao mínimo, entregar as riquezas do país e suas terras. Querem dismantlar o sistema de proteção social, iniciado com Getúlio Vargas, atualizado na Constituição Federal de 1988 e aprofundado no meu governo e no de Lula.

Estão determinados a desregular a economia, a reduzir impostos sobre os muito ricos e privatizar as em-

presas do Estado. Além de revirar o mercado de trabalho, “flexibilizando” os direitos dos trabalhadores e tornando a aposentadoria privilégio de poucos, pois a aposentadoria integral exigirá 49 anos de contribuição para ser integralmente devida.

Tais propostas voltam à ordem do dia, depois de derrotadas nas últimas quatro eleições presidenciais. Por isso, o *impeachment*. O programa neoliberal do PSDB, rejeitado no voto pela população, necessita que se suspenda a democracia para ser executado.

O neoliberalismo do governo Michel Temer, cujo receituário é brandido como solução pelos grandes meios de comunicação e líderes da oposição tucana – surrados nas urnas – resultará em desigualdade e exclusão. Tal modelo não tem como conviver com a plenitude do Estado Democrático de Direito.

Sem dúvida, a partir do golpe nos tornamos um caso exemplar de avanço do neoliberalismo num país democrático. Aprofundar a democracia é o maior antídoto para fazer frente ao receituário neoliberal. Sempre ganhamos quando a democracia se aprofundou e sempre perdemos quando ela foi restringida.

Em outubro de 2018, nós temos um encontro marcado com a democracia. Sabemos que a democracia é vivida todo dia, toda hora e todo minuto. Mas, no Brasil, a gente tende a viver todas as questões relativas à soberania nacional e defesa da soberania popular em um momento democrático único, que é a eleição presidencial. O que está em jogo hoje é o que ocorrerá na eleição de 2018.

Nesta história, o ex-presidente Lula cumprirá o papel estratégico. Será muito ruim para o país se ele não puder concorrer. O Brasil ficará desmoralizado. Ele pode perder a eleição. Não há desmoralização nenhuma nisso. O que não pode acontecer é Lula ser impedido de concorrer.

Eles vão vir com tudo. O golpe ainda não acabou. Essa segunda fase do golpe tem muitas contradições e muitas dificuldades para ser implantada. Da inexistência de candidatos que representem os golpistas até a própria operação Lava Jato. Analogia nunca é um elemento confiável de avaliação, mas a segunda etapa do golpe pode ser muito mais radicalizada e propensa à repressão. Nossa missão é garantir o maior espaço democrático possível, denunciar todas as tentativas de restrição das liberdades democráticas e tentar garantir, em 2018, um processo que seja construído por baixo, com a participação democrática do povo brasileiro.

No Brasil, há uma tendência a acordos por cima. Foi assim que se passou do Império para a República. Um dos motivos pelos quais o deputado Jair Bolsonaro, que na desmoralizada seção de 17 de abril no Congresso Nacional defendeu a tortura e o torturador, deve ser procurado no acordo, por cima, que anistiou os torturadores. E a tortura é um crime imprescritível em qualquer lugar do mundo.

No Brasil, não existem, sobretudo hoje, condições de uma transição por cima. E, não tanto por causa da esquerda, mas sim pelo nível de radicalização da direita. A única transição que nos serve e está ao nosso alcance é uma transição por baixo, democrática, que pode lavar e enxaguar a alma desse país, em 2018, seja quem for que ganhe.

O processo democrático tem o poder e a faculdade de propor um encerramento da divisão do país. Mas, repito, isso só ocorrerá se o imperdoável golpe – que seria impedir o ex-presidente Lula de concorrer – for afastado em definitivo. Não é uma questão minha ou sua, não é uma questão individual. É que só aí, na eleição presidencial, poderemos nos reencontrar!

Sobre o organizador

Valter Pomar (1966) é historiador e professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC). Foi secretário de Relações Internacionais do PT e secretário executivo do Foro de São Paulo. Autor de várias obras, dentre as quais *Foro de São Paulo: construindo a integração latinoamericana e caribenha* (2013); *A estrela na janela* (2014); *A metamorfose* (2015); *Socialismo* (2016).

Sobre os autores

Celso Amorim (1942) é embaixador de carreira, atualmente aposentado. Foi ministro das Relações Exteriores durante parte do governo Itamar Franco e durante os oito anos do governo Lula. Autor de *Conversa com jovens diplomatas* (2011); *Breves narrativas diplomáticas* (2013); *Teerã, Ramalá e Doha – Memórias da Política Externa Ativa e Altiva* (2015).

Dilma Rousseff (1947) foi presa política durante a ditadura militar. Economista, integrou a equipe de governo

do prefeito Alceu Collares, em Porto Alegre (RS); do governo Olívio Dutra, no estado do Rio Grande do Sul; e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi eleita presidenta da República em 2010 e reeleita em 2014.

Luiz Alberto Moniz Bandeira (1935) foi preso político durante a ditadura militar. Jornalista, historiador e professor universitário, é autor de várias obras sobre relações internacionais, dentre as quais *A desordem mundial* (2016), *A Segunda Guerra Fria* (2013) e *Formação do Império Americano* (2005).

Luiz Inácio Lula da Silva (1945) foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputado federal (1987-1990). Disputou as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Em 2002, foi eleito e em 2006 foi reeleito presidente da República.

Marco Aurélio Garcia (1941) foi exilado político durante a ditadura militar. Historiador e professor universitário. Foi secretário de Relações Internacionais e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Assessor especial da presidência da República durante os oito anos do governo Lula, ocupou o mesmo cargo durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Samuel Pinheiro Guimarães (1939) é embaixador de carreira, atualmente aposentado. Foi secretário-geral do

Itamaraty durante o governo Lula. No início do governo Dilma, respondeu pela Autoridade do Mercosul. Autor de várias obras, dentre as quais *Desafios brasileiros na era dos gigantes* (2005).

O livro *Brasil, uma política externa ativa e ativa* foi impresso na gráfica Forma Certa para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em Supremo 250g e o miolo em Pólen soft 80g.

A Fundação Perseu Abramo traz aos leitores da coleção *Nossa América Nuestra*, o volume sobre o Brasil.

O livro focaliza a política externa brasileira e aborda questões sobre a situação mundial: os protagonistas principais e os conflitos fundamentais; a situação continental e as diferentes sub-regiões do continente americano; a situação do Brasil, a partir do *impeachment*, do ponto de vista das relações internacionais; a política externa – com destaque para a integração regional – desenvolvida pelos governos Lula e Dilma; que tipo de política externa deveria ser adotada por um governo democrático-popular que vença as eleições de 2018; e, finalmente, como fazer que os grandes temas da política externa sejam parte das preocupações da maioria do povo brasileiro. Foram convidados alguns dos protagonistas diretos da política externa brasileira entre 2003 e 2016.

